

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DE FRANCA

Caio César Vioto de Andrade

**Paradoxos do intervencionismo: crise e ação governamental
nos EUA no século XX.**

FRANCA

2012

Caio César Vioto de Andrade

**Paradoxos do intervencionismo: crise e ação governamental nos EUA
no século XX**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao departamento de História da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho” – UNESP.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi.

FRANCA

2012

ANDRADE, Caio César Vioto de. **Paradoxos do intervencionismo: crise e ação governamental nos EUA no século XX**. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso Bacharelado e Licenciatura em História. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as crises econômicas e as respectivas medidas governamentais para tentar saná-las nos EUA no século XX. Terá como principal base teórica a Escola Austríaca de economia, que trata do intervencionismo como um sistema econômico autônomo, divergente tanto do capitalismo, quanto do socialismo e que se consolidou no Ocidente no último século . A partir deste conceito de intervencionismo, irá se analisar suas origens históricas, suas implicações econômicas e políticas, bem como a trajetória de sua implantação e consolidação nos EUA durante o decorrer do século XX, demonstrando seus efeitos cumulativos.

Palavras-chave: Intervencionismo, Liberalismo, Estados Unidos, Crise econômica, Estado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO 1: CONCEITOS DE CRISE ECONÔMICA.....	9
1.1.Crise em Marx.....	9
1.2. Crise em Keynes.....	12
1.3. Crise na Escola Austríaca.....	14
CAPÍTULO 2: O INTERVENCIONISMO COMO SISTEMA.....	18
2.1. O conceito de intervencionismo.....	18
2.2. Criticas ao intervencionismo.....	23
2.3. Origens históricas do intervencionismo.....	28
CAPÍTULO 3: CRISE E AÇÃO GOVERNAMENTAL NOS EUA NO SÉCULO XX.....	35
3.1. A década de 1890.....	36
3.2. A Era Progressista.....	38
3.3. A criação do Fed.....	39
3.4. Os efeitos da Primeira Guerra mundial na política econômica.....	41
3.5. A crise de 29.....	43
3.6. A segunda Guerra Mundial e a consolidação do intervencionismo.....	47
3.7. Do pós guerra aos anos 80.....	48
3.8. Pós Reagan.....	51

3.9. NAFTA e Clinton.....	52
3.10. Anos 2000 e crise imobiliária.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
BIBLIOGRAFIA.....	60

INTRODUÇÃO

O presente trabalho irá discorrer sobre o intervencionismo econômico nos EUA no século XX, abordando as relações entre o poder político e a economia, as influências ideológicas dos governos e da sociedade em geral e como isso se aplicou nas decisões econômicas do país, principalmente nos momentos de crise.

Irá analisar diferentes conceitos de crise e ciclos econômicos, em diferentes autores e escolas de pensamento, mais especificamente em Marx, Keynes e na Escola Austríaca, buscando ressaltar suas diferenças fundamentais e sua aplicação na análise dos fenômenos históricos relacionados aos períodos de crise.

Terá como uma de suas bases teóricas a Escola Austríaca de Economia, principalmente o autor Ludwig von Mises, para quem o intervencionismo se constitui como um sistema econômico autônomo, diverso tanto do capitalismo quanto do socialismo, em que há restrições por parte do Estado à propriedade privada e à liberdade de mercado, porém não há a abolição total destas.

O recorte temporal se justifica pelo fato de, segundo os historiadores Richard Pipes e Robert Higgs, as intervenções dos Estados tidos como liberais do Ocidente passarem a adquirir forma mais sistemática na economia no fim do século XIX devido à principalmente dois fatores: a ameaça da ideologia socialista, que passa a ganhar popularidade, com a criação dos partidos trabalhistas, do sindicalismo e de movimentos afins e do progressivo aumento dos direitos políticos para a maioria da população, que passa a exigir uma maior ação do governo no sentido de gerar “bem-estar social”.

Outro motivo é que de acordo com Higgs, a lógica do intervencionismo se dá no chamado “efeito catraca”, onde as intervenções feitas nos momentos de crise vão se acumulando, portanto o tamanho da influência do Estado tende a crescer e nunca voltaria ao estágio anterior à crise, mesmo quando esta já se encontra superada ou sob controle.

Já o recorte espacial é devido ao fato dos EUA serem o “protagonista” político e econômico do século XX e de suas políticas influenciarem de forma mais ou menos direta as

políticas de outros países, principalmente num momento em que as relações entre os países no sentido de uma economia global se tornam cada vez mais próximas, bem como os conflitos a nível mundial serem uma marca do período em questão.

Com base no pressuposto de que o intervencionismo é um sistema econômico autônomo e que as intervenções tendem a se acumular, fazendo crescer o poder do governo e o papel do Estado em relação à economia, serão analisados alguns dos principais episódios históricos dos EUA no século XX.

Começando pela análise das mudanças significativas que os EUA passaram na transição do século XIX para o século XX, em seguida a criação do Federal Reserve System, em 1913, que teve influência decisiva na mudança das políticas monetárias e creditícias no país, essenciais para entender o intervencionismo segundo o paradigma da Escola Austríaca de Economia.

Serão também analisadas as implicações que as duas grandes guerras tiveram nas políticas econômicas do governo estadunidense, bem como de outros conflitos bélicos envoltos no contexto de Guerra Fria.

Também serão objeto de discussão os reconhecidos períodos de crise e depressão econômica como os de 1929 e 2008. A abordagem destas se concentrará nas ações do governo, no sentido de comparar se sofreram grandes mudanças diante do “estouro” da crise em relação às políticas adotadas antes ou se seriam apenas uma continuidade no sentido qualitativo, com mudanças apenas quantitativas e em relação ao discurso do governo para justificar sua aplicação.

Outro aspecto a ser analisado será o período do chamado “neoliberalismo”, em que se abordará o caráter das medidas liberalizantes, no sentido de que se estavam ligadas a um projeto político baseado em preceitos liberais ou se foram somente medidas tomadas por uma exigência circunstancial.

A necessidade de um amplo recorte temporal é de se estabelecer uma relação de continuidade entre as medidas políticas de intervenção na economia, no sentido de que estas não são episódicas e aleatórias, mas, sim, estão dentro de um sistema econômico com uma lógica de funcionamento própria, no caso, o intervencionismo.

Por ultimo, a investigação terá como objetivo analisar os motivos da hegemonia das políticas econômicas intervencionistas por parte do Estado norte-americano ao longo do século XX, procurando entender, principalmente, quais foram os fatores não econômicos, no sentido de não terem ligações com uma dinâmica de mercado, mas sim com transformações sociais e culturais que vieram a influenciar as políticas em relação à economia no dado período.

O presente trabalho possui relevância científica e acadêmica no sentido de que retoma uma área um pouco “esquecida” na historiografia dos últimos anos, que é a abordagem econômica.

Outro aspecto relevante é que usa como bases conceituais e teóricas o pensamento da escola austríaca de economia, principalmente do autor Ludwig von Mises, que são pouco conhecidas e trabalhadas por economistas e historiadores brasileiros, mas que ganharam notável relevância internacional nos últimos anos.

Além disso, busca esclarecer como o intervencionismo se configura como sistema econômico, sobre quais suas origens históricas no sentido político, cultural e ideológico e faz observações acerca de sua funcionalidade (depois deste ter permanecido quase “imune”, diante da hegemonia keynesiana das ultimas décadas).

Ademais, trata de um tema discutido de forma recorrente tanto na academia, na mídia e na sociedade de forma geral que é a questão das causas e consequências das crises econômicas, portanto o trabalho é mais uma contribuição ao debate.

CAPITULO 1 – CONCEITOS DE CRISE ECONÔMICA

1.1 Crise em Marx

Inicialmente, deve-se ter em mente que não é muito explícito, no “Capital”, obra fundamental de Marx, o conceito do autor sobre as causas das crises. Estudiosos chegam a identificar, no mínimo, três teorias em relação aos ciclos econômicos: nos volumes I e III seriam mais relacionadas ao conceito de mais-valia e à lei do lucro decrescente, já no segundo volume, seria a rotação do capital.(VEIGA, 1954, p. 45)

Assim como se costuma dizer que, em termos filosóficos, o marxismo é o “hegelianismo invertido”, em termos econômicos pode-se dizer que seria a economia clássica invertida, partindo dos mesmos pressupostos desta, mas invertendo o posicionamento. Ainda, a base da análise econômica marxiana estaria restrita ao seu contexto histórico, ou seja, ao capitalismo industrial inglês do século XIX, portanto estaria partindo de um fenômeno particular e derivando leis universais de funcionamento da economia capitalista.

Outra particularidade do pensamento econômico de Marx é que este, antes de ser economista, era filósofo, portanto a construção de sua teoria econômica seria baseada em seu método filosófico fundamental: a dialética. Daí a possibilidade de Marx formular sua teoria econômica pretensa de validade universal baseada em um momento histórico e em dados específicos.

Para Marx, a mercadoria é o fator principal do capitalismo, portanto a produção capitalista e suas relações determinariam a estrutura econômica da sociedade, da qual derivaria os processos sociais, políticos, culturais, entre outros, ou seja, é a ideia de infraestrutura que determinaria, necessariamente, a superestrutura.

Outro aspecto da infraestrutura é que essa seria, fundamentalmente, dinâmica e que as relações de produção estariam em constante modificação, e estas modificações que trariam à tona as contradições inerentes do capitalismo e que levariam ao seu colapso.

As crises, portanto, estariam relacionadas a esse processo dinâmico de produção, em que as constantes transformações dos meios de produção e o capital fixo empregado seriam a base para os períodos de crise.

Para Marx as crises teriam como problema primordial a má distribuição do consumo, ou seja, um baixo padrão de consumo pela maioria (o proletariado), em contraposição a uma tendência de aumento da produção por parte dos capitalistas e sua conseqüente diminuição de consumo. Desta forma, para o autor, a produção independe da vontade do indivíduo.

Então, segundo Marx “a crise é precisamente o momento em que o processo de produção se altera e se interrompe”, devido à “superprodução de meios de produção, um contingente de desempregados e a paralização da produção”.

Mas, com relação à superprodução, surge a questão de como Marx explicaria o fato da humanidade estar longe de níveis de saturação. Para ele, a produção de subsistência não é desproporcional ao nível demográfico. No entanto, para o autor, a produção capitalista não é exclusivamente para a satisfação das necessidades sociais, mas baseada no lucro, que Marx considera como sendo apartado do fato de se satisfazer ou não as demandas da maioria, mas, sim, fruto da “mais-valia”.

Como, para Marx, o valor de troca é mais fundamental que o valor de uso, o capital parado não iria absorver a massa de desempregados, pois daí não resultaria o lucro, em decorrência da diminuição da mais-valia.

Além disso, o autor enfoca que, no capitalismo, com a industrialização crescente, há uma tendência atípica à procura, aumentando, progressivamente, a possibilidade de superprodução.

Diz Marx:

A superprodução, em especial, tem como condição a lei geral de produção do capital que consiste em produzir, na medida das forças produtivas, isto é, em relação à possibilidade de explorar a maior quantidade possível de trabalho com uma quantidade dada de capital, sem atender, de modo algum, à limitação do mercado, nem às necessidades solventes, suscetíveis de pagamento, levando a cabo a reversão constante das rendas em capital, enquanto que, por outro lado, a massa dos

produtores se limita, e tem necessariamente que se limitar, segundo as bases da produção capitalista, na medida marcada por suas necessidades. (VEIGA, 1954, p. 88)

É importante destacar que, desta forma, para Marx, a produção ocorre de forma independente do mercado, ou seja, o capital seria o limite último da produção capitalista e seu objetivo seria a constante acumulação.

As crises seriam, então, resultado da superprodução, o que faria que os capitalistas, inicialmente, reduzissem os salários e, posteriormente, o capital.

Outro aspecto é que para Marx as crises não tem origem monetária, esta última seria consequência da crise de produção, que por sua vez é parte do processo de transformação do capital.

Ainda há, dentro da teoria marxiana das crises, a possibilidade destas serem motivadas quando aumenta o custo de uma das partes do capital variável (matéria-prima, por exemplo), fazendo com que, para manter o nível de produção, absorva-se menos massa de trabalho, fazendo com que a reprodução não se dê na mesma escala, fazendo com que parte do capital fixo fique inerte, gerando desemprego e diminuindo o lucro, que geraria o acúmulo e o reinvestimento, ou seja, o citado processo de reprodução do capital diminui.

Observa Schumpeter que Marx foi um dos primeiros teóricos a perceber a crise dentro do fenômeno dos ciclos econômicos e não apenas como eventos isolados.

Para Marx, o ritmo cíclico das crises econômicas se tornaria cada vez mais constante e as crises cíclicas estariam dentro de uma crise geral do capitalismo, que resultaria em uma insuperável depressão, resultado das chamadas por ele “contradições inerentes do capitalismo”, portanto este, estaria fadado ao fracasso, devido à própria natureza dialética do processo histórico em que os modos de produção viriam a entrar em colapso por suas próprias contradições internas e seriam substituídos por outros.

1.2 Crise em Keynes

A “Teoria Geral” de Keynes, tinha como objetivo de expor a dinâmica do sistema econômico como um todo, de forma global, excluindo os “atores” como as indústrias, os indivíduos particulares, etc. (VELEZ RODRIGUEZ, 1999, p. 33)

Segundo o próprio autor, sua obra também tinha o intuito de fazer um contraponto à Escola Clássica:

Denominei este livro A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, dando especial ênfase ao termo geral. O objetivo deste título é contrastar a natureza de meus argumentos e conclusões com os da teoria clássica, na qual me formei, que domina o pensamento econômico, tanto prático quanto teórico, dos meios acadêmicos e dirigentes desta geração, tal como vem acontecendo nos últimos cem anos. Argumentarei que os postulados da teoria clássica se aplicam apenas a um caso especial e não ao caso geral, pois a situação que ela supõe acha-se no limite das possíveis situações de equilíbrio. Ademais, as características desse caso especial não são as da sociedade econômica em que realmente vivemos, de modo que os ensinamentos daquela teoria seriam ilusórios e desastrosos se tentássemos aplicar as suas conclusões aos fatos da experiência. (VELEZ RODRIGUES, 1999, p. 33).

Apesar da “Teoria Geral”, obra fundamental de Keynes não ser direcionada necessariamente ao estudo das crises, para o autor, estas seriam, primordialmente, resultado de um colapso da eficácia marginal do capital, que seriam as taxas de lucro esperadas para os novos investimentos.

Além disso, para o autor, na análise dos ciclos econômicos, fundamentais para se entender as crises, os movimentos de ascensão e queda da produção possuem regularidade e podem ser identificados e, conseqüentemente a crise também pode ser antevista.

Segundo Keynes, movimentos cíclicos significam que as forças atuantes no sistema econômico, na direção ascendente, tomam impulso, produzindo efeitos acumulativos, umas sobre as outras, porém, vão gradualmente perdendo sua potência até que, em dado momento, são substituídas pelas forças operantes que atuam em sentido oposto; estas, por seu turno, se aceleram até que, alcançando o seu desenvolvimento máximo perdendo o impulso descendente são, paulatinamente, substituídas pelas forças ascendentes. Mas a mecânica cíclica, consoante Keynes, não se reduz a estas tendências ascendentes e descendentes, indefinidamente. Insiste Keynes que há certo grau de regularidade na sequência duração dos movimentos ascensionais e descensionais. (VEIGA, 1954 p. 100)

Dessa forma, a análise do ciclo econômico por Keynes parte do fim do período de prosperidade para o início da crise. No ápice da expansão “as forças econômicas tendentes a

diminuir a eficácia marginal do capital começam a atuar” , nas ultimas etapas do período expansionista há um otimismo em relação aos rendimentos futuros, com isso, os custos de produção também se elevam, ameaçando os rendimentos e gerando pessimismo, que por sua vez, causa a preferencia pela liquidez, que aumentaria a taxa de juros.

Keynes observa que nessa situação a diminuição da taxa de juros poderia ser um auxilio, mas pode, em alguns casos, não resolver o problema dado o grau de comprometimento da eficácia marginal do capital.

A chamada propensão a consumir é afetada pelo colapso da eficácia marginal do capital, ou seja, pela crise, o que causa uma queda geral nos valores e, conseqüentemente, na Bolsa de valores.

Em relação à economia dos EUA cujo povo, segundo Keynes, tem uma “mentalidade acionista”, o mercado de valores está inteiramente ligado à propensão ao consumo. “Propensão a consumir é a relação entre a renda da comunidade e o que se pretende esperar que seja gasto segundo as características psicológicas da comunidade” (VEIGA, 1954, p. 157 -158).

A teoria de Keynes em relação ao ciclo econômico estaria menos atrelada ao subconsumo do que ao subemprego, ou seja, uma forma de evitar as crises seria aumentar o investimento para, dessa forma, aumentar o emprego, antes de ter que estimular o consumo para alcançar tal fim. Para o autor, o “sobreinvestimento” não seria o fator primordial que geraria a expansão, que, por sua vez, geraria a crise.

Segundo Keynes, a ideia de que a elevada taxa de juros possa evitar uma expansão desmedida não é totalmente falsa, mas o autor salienta que a taxa de juros alta pode desestimular os investimentos acertados e acarretar uma baixa na propensão a consumir.

O problema seria então uma “má orientação” dos investimentos e a solução não seria evitar o auge da expansão (que é de onde o autor parte na análise dos ciclos econômicos) através da elevação da taxa de juros, mas mantê-la baixa e, assim, estender o período de expansão e evitar a crise e a depressão.

Com relação à uma politica de estímulo ao investimento ou ao consumo, portanto, Keynes considera que, primordialmente, seria mais sólida uma ação em que se tentasse expandir o primeiro, mas que poderiam haver politicas que estimulassem, ao mesmo tempo,

tanto o consumo, quanto o investimento para alcançar, dessa forma, o objetivo do pleno emprego.

Neste momento é que entraria o papel orientador do Estado (já que, para Keynes seria muito difícil o reajustamento da economia no “laissez-faire” e também sob o padrão ouro, que dificultaria um controle das taxas de juro) de preencher as lacunas deixadas pelas ações individuais, que se daria principalmente no sentido de estimular a propensão a consumir e o investimento, através do sistema tributário e da fixação da taxa de juros. O Estado deveria agir, objetivamente, em relação à moeda e ao crédito, através do Banco Central, chegando Keynes até a propor a criação de um Banco Central Mundial.

1.3 Crise na Escola Austríaca

Na Escola Austríaca, de forma geral, se parte da chamada “Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos” (TACE) para se analisar as crises. Um dos principais autores a tratar deste tema é o norte-americano Murray Rothbard. Para ele, antes de qualquer coisa é preciso relacionar o estudo dos ciclos econômicos à uma teoria econômica geral e o erro de muitos economistas, ao analisar os ciclos seria, justamente, não fazer isso, tendo uma visão compartimentada da economia. Desta forma, Rothbard parte da teoria de Ludwig von Mises acerca da intervenção na economia de mercado via expansão de crédito.

Primeiramente, observa Rothbard, é importante diferenciar ciclos econômicos de flutuações econômicas.

As flutuações econômicas, que teriam caráter localizado e passageiro, seriam as mudanças usuais ocorridas em todos os sistemas econômicos como mudanças nas preferências temporais dos consumidores, ou seja, em relação ao maior ou menor investimento ou consumo, mudanças relativas à mão-de-obra, mudanças naturais (descoberta ou esgotamento de recursos e catástrofes), etc.

As flutuações não causariam crises generalizadas e Rothbard considera um equívoco por parte de economistas em considerar as flutuações econômicas em alguns setores da economia como causa de uma crise econômica geral.

Os ciclos econômicos estariam relacionados aos movimentos generalizados da economia como as expansões (boom) e as depressões. Os ciclos poderiam ser observados a partir chamado “meio geral de troca”, ou seja, a moeda. “A moeda é o elo de conexão entre todas as atividades econômicas. Se um preço sobe e o outro desce, podemos concluir que a demanda se deslocou de uma indústria para outra; mas se *todos* os preços sobem ou descem conjuntamente, alguma mudança deve ter ocorrido na esfera *monetária*.” (Rothbard, 2008, p. 3). Porém, a questão monetária não explicaria por si a geração dos ciclos econômicos.

A principal questão ao se analisar o problema dos ciclos econômicos e uma consequente depressão econômica seria: “Por que ocorre repentinamente um conjunto generalizado de erros por toda a economia” (Rothbard, 2008, p. 4) O autor ressalta que os empresários tem, entre outras, a função de prever algumas flutuações da economia e que, os mais perspicazes teriam lucros e os menos, prejuízos. Mas a questão é como uma crise generalizada se espalha por todos os ramos da economia.

É importante notar que as indústrias de bens de capital têm mais flutuações do que as de bens de consumo, ao mesmo tempo, são as que mais se expandem durante o “boom” e as mais sensíveis à depressão. Além disso, há mais oferta de moeda durante o boom e, geralmente, mas nem sempre, uma diminuição durante a depressão econômica.

Em relação a isso, Rothbard diz que numa economia livre esse conjunto de erros não aconteceria ao mesmo tempo e que o boom seguido da depressão seria resultado de uma intervenção monetária no mercado, via expansão creditícia.

Quando há um aumento na oferta de moeda no mercado, há a confusão por parte dos empresários em relação à preferência temporal dos consumidores, ou seja, em sua preferência pelo consumo em relação à poupança e isso reflete, principalmente, nos processos de bens de capital, que estariam mais distantes do consumidor final, portanto a percepção de que a demanda não seria verdadeira, mas sim produto de um excesso de moeda no mercado, seria dificultada.

Depois que a moeda passa por todas as chamadas “cadeias econômicas”, os consumidores passam a gastar suas rendas, agora maiores, de acordo com as preferências temporais anteriores à expansão creditícia e se reestabelece o padrão de consumo,

consequentemente a demanda cai e as empresas percebem que investiram de forma equivocada.

Rothbard refuta a ideia do subconsumo como causa da crise. Para ele, a questão não é simplesmente que os consumidores deixaram de demandar os produtos antes lucrativos, mas que houve uma maior produção daqueles bens que não eram das preferências temporais dos consumidores e que foram produzidos unicamente por causa da expansão creditícia. Isso pode ser notado pela constatação citada anteriormente de que são as empresas de bens de capital que sentem mais os efeitos da depressão em relação às de bens de consumo.

Dado isto, a expansão ou boom é um período de maus investimentos resultantes de uma expansão creditícia que gerou uma série de distorções no mercado, a crise seria exatamente o período onde o mercado, através das ações dos consumidores em conformidade com suas preferências temporais, passa a tentar se reajustar, dando sinais de que a “distorção inflacionária” gerada pelo boom estaria no fim, e a depressão é o período em que os investimentos equivocados começam a ser eliminados do mercado. Esta seria uma etapa necessária que o mercado teria que passar para reajustar os efeitos do boom.

O que faz com que, não necessariamente, um boom creditício chegue rapidamente ao fim é a continuidade da expansão creditícia. Visto que seus investimentos não estão rendendo o esperado e ao começar a ficar sem fundos, as empresas recorrem novamente aos bancos para tomarem empréstimos e dão continuidade ao período expansionista. “Ou seja, uma expansão contínua do crédito bancário poderá manter os tomadores de empréstimo um passo à frente da resposta dos consumidores.” (Rothbard, p.6). Com isso, a crise e a depressão são adiadas, por outro lado, os investimentos equivocados vão ser maiores e quando a fase de expansão creditícia cessar, o período de recuperação (depressão) vai ser mais longo.

Rothbard observa que não necessariamente haverá uma deflação durante o período depressivo da economia, mas que é comum que isso aconteça. Com as falências dos tomadores de empréstimos, os bancos passam a contrair o crédito, aumentado na fase expansionista. Ainda, acerca do padrão ouro, diz o autor:

Sob o padrão-ouro, os bancos têm outra razão para contraírem o crédito — se eles tiverem terminado a inflação devido a uma fuga de ouro para os países estrangeiros. A ameaça dessa fuga força os bancos a contraírem seus empréstimos excessivos. Ademais, o rompante de falências pode levantar dúvidas a respeito da capacidade de

os bancos honrarem seus depósitos; e os bancos, estando inerentemente falidos, não podem arcar com tais questionamentos. (Rothbard, 2008 p. 7)

O autor considera que desde o abandono do “padrão ouro clássico”, em 1914, os sistemas monetários vem sofrendo grandes oscilações. De forma geral, a Escola Austríaca considera o atual sistema monetário instável, pois este é baseado nos monopólios dos Bancos Centrais que emitem moeda arbitrariamente e sem lastro. Este sistema favoreceria a expansão creditícia que teria como efeitos os crescimento econômico artificial, estimulando os maus investimentos e a especulação desordenada e, justamente, causando as crises e depressões.

Como efeito secundário das depressões estaria um aumento na demanda por dinheiro, porém, por outro lado, há uma contração de crédito, ou seja, diminuição na oferta de moeda. Esses fatores combinados geram uma queda geral nos preços.

É importante salientar que, para Rothbard e para a Escola Austríaca como um todo, as ações do governo, de expansão de crédito e, posteriormente, de “socorro” aos bancos e às empresas são as principais causas das crises e das depressões. Entre as medidas equivocadas tomadas por um governo durante uma depressão, Rothbard cita os aumento da inflação, a manutenção dos salários e dos preços altos, o estímulo ao consumo e o desencorajamento da poupança, entre outras.

De acordo com Mises, Rothbard argumenta que os bancos privados podem inflacionar, mas que isso não chegaria a comprometer muito a economia como a inflação gerada através das políticas dos Bancos Centrais, já que os bancos privados não teriam este para respaldá-los e, com o tempo, perderiam a confiança dos clientes.

Rothbard também nega a ideia de “boom permanente”, ou seja, de manter o crédito indefinidamente, prolongando o período expansionista e evitando a depressão. Com o tempo os consumidores perceberiam a política de inflação permanente e passariam a trocar cada vez mais a moeda por bens, gerando uma desvalorização da moeda e hiperinflação, o que seria cada vez mais difícil de ser contornada depois, porque, além de comprometer o mercado, ainda iria destruir a moeda.

CAPITULO 2 – O INTERVENCIONISMO COMO SISTEMA

2.1. Conceito de intervencionismo

O intervencionismo não é visto como um sistema econômico por outras escolas de pensamento econômico além da Escola Austríaca. No entanto, economistas de diversas linhas de pensamento econômico se referem a termos como “capitalismo de Estado”, “socialismo de mercado”, “social democracia”, “Estado de bem-estar social” e até ao controverso “neoliberalismo”, como exemplos de organização econômica em que há um papel preponderante do Estado, sem deixar de existir, porém, o mercado e a propriedade privada, em maior ou menor grau, variando no tempo e espaço. Os meios que o Estado usa para exercer tal papel também podem ser reconhecidos através de termos cada vez mais presentes nos discursos políticos das últimas décadas como “redistribuição de renda”, “tributação progressiva”, “função social da propriedade”, “políticas assistencialistas”, entre outras.

Segundo o autor Fábio Barbieri, pode-se traçar um paralelo entre os termos “sistema de liberdades naturais” e “mercantilismo”, presentes na obra de Adam Smith, como sendo, o primeiro, o liberalismo, de fato, e o segundo, o intervencionismo. Essa ideia ainda perduraria em alguns autores como Say e Bastiat, críticos da intervenção do Estado na economia, até ser relegada a segundo plano por Ricardo e abandonada totalmente na obra de Marx, que via a intervenção apenas como uma nuance do capitalismo, que seria oposto, somente ao socialismo. (BARBIERI, 2011, p.1)

O autor ainda observa que a obra de Marx acabou por influenciar de forma determinante o pensamento econômico e as ciências sociais, de forma geral, do fim do século XIX e do início do XX até os dias atuais, fazendo com que o intervencionismo não fosse visto de forma economicamente sistemática, porém, havendo uma predileção por parte dos economistas a respeito de uma terceira via entre socialismo e capitalismo, apesar de divergência acerca de questões específicas sobre como se daria este tipo de sistema, que, na verdade, tenderia mais para uma diretriz da política econômica do que, propriamente, de um sistema econômico, que continuaria sendo, em última instância, o capitalismo.

A obra de Ludwig von Mises tem um interesse central a respeito do tema do intervencionismo, que é analisado, de fato, pelo autor, como um sistema econômico diverso tanto do capitalismo, quanto do socialismo, já analisado pelo mesmo autor em obra da década

de 1920, que trata da questão do que seria o sistema socialista, como este se daria em relação ao problema do cálculo econômico e, assim, constata a impossibilidade de sua sustentação.

O autor classifica a intervenção dessa forma:

Intervenção é uma norma restritiva imposta por um órgão governamental, que força os donos dos meios de produção e empresários a empregarem estes meios de uma forma diferente da que empregariam. Uma “norma restritiva” é uma regra que não faz parte de um esquema socialista de regras, ou seja de um esquema de regras que regulamenta toda a produção e distribuição, substituindo, desta forma, a propriedade privada dos meios de produção pela propriedade pública desses meios. As regras da economia privada podem ser muito numerosas, mas, como não visam direcionar toda a economia e substituir a motivação para o lucro dos indivíduos pela obediência, enquanto força geradora de atividade humana, devem ser consideradas como normas limitadas. Por “meios de produção” entendemos todos os bens classificáveis em categorias mais elevadas, inclusive os estoques de produtos acabados que, estando na posse dos comerciantes, ainda não chegaram aos consumidores. (Mises,

2010, p. 21)

Dentre as preocupações centrais de Mises, em suas obras que tratam mais diretamente sobre o intervencionismo (“Intervencionismo – uma análise econômica” e “Uma crítica ao intervencionismo”), a principal intenção do autor não é fazer um juízo de valor acerca do intervencionismo, em outras palavras, não é dizer se é certo ou errado, se é moral ou imoral, mas, sim, tem o objetivo principal de investigar se as intervenções promovidas pelo Estado na economia acabam por atender às intenções pela qual foram criadas, ou seja, se, de fato, funcionam e se funcionam melhor do que uma economia de livre mercado.

Outra questão fundamental destacada pelo autor é, como comentado no excerto acima, o objetivo da análise do intervencionismo é ressaltar como as medidas restritivas que o Estado impõe à atividade econômica se dá no âmbito da produção. “Toda interferência desvia a produção dos caminhos determinados pelo mercado.” (MISES, 2010, p. 37) Portanto, o objetivo primeiro das autoridades ao interferirem na economia, seria o de interferir na produção, sendo que as mudanças ocasionadas no âmbito do consumo seriam apenas reflexos das intervenções na produção e seriam um efeito não intencional do intervencionismo, podendo ser considerado aceito e justificável ou não por parte das autoridades estatais.

Outro aspecto que é consenso entre os autores da Escola Austríaca, bem como facilmente perceptível por qualquer indivíduo ao se deparar com a realidade das políticas econômicas guiadas pelo Estado, é que o fracasso das intervenções, ou seja, suas consequências não intencionais, acabam por gerar demandas por mais intervenções.

Mises, tendo em vista tratar, como já foi dito, apenas da funcionalidade das medidas intervencionistas ou restritivas, argumenta que, mesmo que tais medidas tenham apoio da maioria dos cidadãos ou da “opinião pública” (muitas vezes influenciada por fatores ideológicos moldados pelo próprio Estado), não muda o fato de que as intervenções e restrições acabam por gerar gastos e por distorcer a produção, nas palavras do próprio autor:

(...) todas as medidas restritivas são fundamentalmente despesas. Substituem a oferta existente de produção pela oferta de outros bens. Consequentemente, seria absurdo considerar uma economia de mercado obstruída por tais medidas como um sistema de cooperação social distinto da economia de mercado não obstruída. A medida restritiva deve ser considerada uma política de gastos, e não um meio de aumentar a oferta de bens de produção. (MISES, 2010, p. 41)

Uma outra forma de intervenção por parte do Estado é no que diz respeito à moeda, em relação à expansão de crédito e controle da taxa de juros. Mises argumenta que os juros são um fenômeno natural de mercado, resultado da diferença de valor que um mesmo bem possui no presente e no futuro, e que a expansão da quantidade de moeda no mercado, não é capaz, a longo prazo, de contornar esse fenômeno e que as tentativas de redução artificial das taxas de juros acabam por distorcer as demandas e os investimentos de mercado, fazendo com que se tornem, também, artificiais e, com o tempo, passem a gerar crises e depressões, mesmo que os bancos, através do respaldo do Banco Central (um agente fundamental que permite a expansão de crédito e as políticas intervencionistas), continuem a expansão creditícia, o que acabaria, somente, por agravar os problemas econômicos antes sinalizados.

A inflação também é um problema gerado pela intervenção do Estado, como disse Mises: “A inflação, a emissão de papel-moeda e a expansão do crédito são sempre atos intencionais; não são calamidades naturais que atingem as pessoas, como um terremoto.” (MISES, 2010, p. 60) Mises e a Escola Austríaca em geral se opõe à inflação por esta gerar distorções nos preços e nos salários, sempre em detrimento de alguns setores da economia e em benefício de outros.

Ainda sobre os salários e a questão do salário mínimo, o autor considera que o controle total deste pelo governo ou parcial, mediante pressão de sindicatos e grupos organizados, acaba por prejudicar os trabalhadores, em última instância, tendo em vista que os salários um fenômeno de mercado, que resultada combinação de fatores como oferta de meios de produção e mão de obra e de demanda por bens de consumo, sendo que, qualquer tentativa externa de se controlar os salários acabaria por gerar desemprego.

Murray Rothbard categoriza três tipos de intervenção do Estado na economia: intervenção autística ou autista, quando o Estado intervém diretamente na escolha no indivíduo, como no caso de restrições à liberdade de expressão ou de consumo de algum tipo de produto; intervenção binária, quando o Estado força uma relação com o indivíduo, por exemplo, na tributação; intervenção triangular, quando o Estado interfere nas relações entre indivíduos ou grupos de indivíduos, como no caso de controle de preços, regulação de contratos, etc (BARBIERI, 2011, p. 3)

Stanford Ikeda, ao tratar do tema do intervencionismo, num dos trabalhos mais recentes sobre o assunto, parte do pressuposto de que o intervencionismo, mais do que uma relação entre mercado e Estado, é um processo social, não intencional, mas resultado de uma dinâmica interna.

O autor também usa o termo “economia mista” para se referir à dinâmica do processo intervencionista e caracteriza três variáveis dessa economia mista: o capitalismo político, o capitalismo de Estado regulador e o capitalismo de bem-estar social.

No primeiro caso, há o uso de meios políticos, ou seja, do aparato Estatal e burocrático para se atingir os objetivos de determinados grupos organizados. No segundo tipo, o governo usa da coerção para alterar o processo de competição no mercado, supostamente para promover maior eficiência econômica, como, por exemplo, no caso de controle de preços e salários, política fiscal e monetária, controle de qualidade pelo Estado, subsídios, restrições, entre outros. A relação entre o primeiro e o segundo tipo pode se dar quando determinados grupos são beneficiados pelas medidas restritivas e regulatórias, em detrimento de outros (tal situação é uma constante do intervencionismo, o próprio Ikeda argumenta que toda intervenção produz “ganhadores” e “perdedores” porque implica, necessariamente, em transferência de renda, bem como Mises também ressalta que toda intervenção gera um privilégio para determinados grupos em detrimento de outros. No terceiro tipo, o do welfare state, o foco é na redistribuição de renda, ou seja, na taxaço sobre a renda de alguns indivíduos para redistribuir a outros. O objetivo final deste tipo é diferente do de Estado regulador, apesar de seus meios serem similares. O objetivo do welfare state é redistribuir, gerar “bem estar”, e o do Estado regulador é o de corrigir as supostas falhas do mercado.

Ocorre que, diante de todo esse aparato burocrático-estatal e das consequências não intencionais do intervencionismo, este tende a se acumular, se expandir e entrar em crise. Mises previa que o intervencionismo se acumularia a ponto de chegar num sistema socialista,

ou seja, totalmente controlado e planejado pelo Estado e, assim, diante do problema do cálculo econômico sob o socialismo, este entraria em colapso. Porém, não é isso que ocorre, necessariamente. Segundo Ikeda, o intervencionismo funciona em ciclos e, após uma fase de acúmulo de consequência não intencionais ineficientes a tendência é que haja uma fase contracionista do intervencionismo, em que o Estado passa a diminuir seu escopo de atuação, porém sem perder os instrumentos que o permitem intervir e sem que haja um abandono da ideologia estatista. Outro fator importante que contribui para que o intervencionismo entre em sua fase contracionista é a diminuição do que Mises chamou de “fundo de reservas”, ou seja, as condições materiais disponíveis na sociedade para financiar as políticas intervencionistas. Quando estas se esgotam, o sistema tende a se contrair até que, novamente, se crie condições para sua expansão.

2.2 Críticas ao intervencionismo

Não somente a Escola Austríaca faz críticas ao intervencionismo econômico, e não somente Keynes é o único defensor dessas medidas. Porém, a primeira faz críticas mais incisivas e sistemáticas justamente porque entende o intervencionismo como um sistema econômico e não apenas as intervenções de forma episódica, isolada e independente do todo, bem como também resultado de pretensões políticas e da própria estrutura do Estado. Já em relação a Keynes, apesar deste não ter sido o “inaugurador” do intervencionismo, é seu principal teórico e a principal referência quando se fala em intervenções econômicas que, quase sempre, ao serem referidas nas últimas décadas, se usa o termo “keynesianismo”.

A principal crítica tecida por Mises e pela escola austríaca de forma geral ao sistema político e econômico do intervencionismo é que este não alcança de maneira efetiva seus objetivos no sentido de que, através das medidas restritivas, evita que o mercado haja da forma mais eficiente, ou seja, de acordo com o máximo das suas potencialidades.

Como o próprio autor exemplifica:

A autoridade pode, através de uma medida restritiva, proibir a fabricação de alguns bens, ou proibir a utilização de algum método de produção ou tornar a fabricação que utiliza tal método mais difícil e mais cara. Dessa forma, a autoridade anula a possibilidade de que sejam empregados meios que estão disponíveis para satisfazer necessidades humanas. Em virtude da intervenção, as pessoas ficam obrigadas a empregar seu conhecimento e habilidade, seus esforços e seus recursos materiais de uma maneira menos eficiente. Tais medidas empobrecem o povo em geral. (MISES, 2011, p. 37)

Outra crítica é que as medidas restritivas, inexoravelmente, ao beneficiar algum ramo de atividade, uma determinada empresa ou grupo de empresas estará prejudicando outros. Portanto, as medidas restritivas se caracterizam, necessariamente, como um privilégio.

Ainda que no artigo “Lord Keynes e a Lei de Say”, von Mises alegue que Keynes não criou nenhum novo método econômico, mas que apenas teorizou as políticas econômicas que já haviam sendo praticadas (injeção monetária e expansão creditícia) principalmente na Inglaterra, o pensamento de Keynes é a principal base teórica do intervencionismo.

Neste mesmo artigo, Mises argumenta que Keynes nunca conseguiu refutar a teoria de que aumentar a quantidade de moeda no mercado provoca somente duas consequências: privilegia alguns grupos em detrimento de outros e estimula o mal investimento de capital e a despoupança.

Henry Hazlitt, em sua clássica obra “Economia numa única lição” baseia suas críticas ao intervencionismo no caráter imediatista deste. Ao não levar em conta os possíveis efeitos de longo prazo das políticas intervencionistas, as ações governamentais nesse sentido acabariam por prejudicar a economia como um todo, como por exemplo, o estímulo ao consumo que faria com que houvesse menos poupança, fazendo com que houvesse menos recursos disponíveis para futuros investimentos ou consumo em tempos mais difíceis; o aumento de impostos, desencorajando, também, o investimento; e a facilitação de crédito, que geraria os efeitos já mencionados do mau investimento, desperdício de recursos e distorção na demanda. (HAZLITT, 2010 p. 23-24)

Sobre a relação entre crédito e imposto, Hazlitt, ressalta que, quando “concedido” pelo governo, o primeiro só se faz em razão do aumento do segundo, ou seja, ao mesmo tempo em que o governo “concede” recursos aos agentes econômicos, também tira dos mesmos. Além disso, como não arrisca seus próprios fundos, mas sim os recursos provenientes dos impostos, o governo age com mais frouxidão ao conceder crédito, ao contrario de um prestador particular, que seria mais cuidadoso em relação à necessidade e viabilidade do investimento que estaria financiando. Outro aspecto é que, através da tomada de impostos para concessão de crédito, o Estado estaria, cada vez mais, tomando dos empreendimentos mais rentáveis e bem sucedidos para financiar os investimentos mais inviáveis, caracterizando, assim, o “risco moral” das intervenções. (HAZLITT, 2010 p. 51)

No artigo “O desastre não é natural”, o historiador e economista da escola austríaca Thomas Woods contrapõe a posição de Keynes alegando que a facilitação de crédito e a oferta de moeda só agravaria uma crise econômica porque, segundo o autor “uma quantidade maior de capital foi desperdiçada e uma quantidade maior de recursos foi desperdiçada”, deformando a estrutura do mercado.

Outro pilar do keynesianismo, que é o aumento dos gastos governamentais em obras públicas para reativar a economia, também é criticado por Woods. O autor argumenta que:

Gastos adicionais em obras públicas não apenas retiram recursos do setor privado - as pessoas são tributadas para financiar esses projetos -, como também desviam recursos para empresas cuja liquidação é necessária. Além disso, esses gastos também irão aumentar as taxas de juros caso os projetos sejam financiados por

empréstimos contraídos pelo governo, o que irá fazer com que o crédito bancário fique mais escasso e mais caro para as empresas privadas. (WOODS, 2009, p. 6)

Para Woods, essas medidas resultariam no oposto do pretendido e do necessário em uma situação de crise, pois não atenderiam as verdadeiras demandas dos consumidores e desperdiçariam recursos.

Além dos da Escola Austríaca, outros autores também criticam as medidas propostas por Keynes. Um deles é Harry G. Johnson, que avalia que não havia motivos para a chamada “revolução keynesiana”, sendo os problemas econômicos dos países que aplicaram as ideias de Keynes, resolvidos se as medidas tomadas estivessem de acordo com as chamadas teorias “ortodoxas”.

Ao analisar a Inglaterra da década de 1920, por exemplo, em que os problemas seriam o desemprego em massa e a perda de força da indústria, bem como a tentativa de retorno da libra ao padrão-ouro clássico poderiam ser mitigadas se se recorresse às medidas econômicas ortodoxas. O autor atribui o triunfo das ideias de Keynes a seu oportunismo e à sua habilidade de por em prática suas teorias, em detrimento das teorias ortodoxas.

Johnson também critica a ideia de “pleno emprego” de Keynes, classificada pelo autor como “ingênua” e também que não levava em conta o que o autor chama de “fenômeno do desemprego voluntário”, propiciado pelas políticas de seguridade social do “welfare state”. (VELEZ RODRIGUEZ, 1999, p. 64-66)

Milton Friedman também faz críticas contundentes ao keynesianismo, ressaltando o perigo das medidas intervencionistas tornarem o Estado demasiadamente “paternalista”. Pare ele o Estado tem apenas que garantir que as liberdades individuais e de mercado se mantivessem. A Escola de Chicago e os chamados monetaristas, como um todo, se opõe também às medidas intervencionistas apregoadas por Keynes em relação à moeda e aos impostos. (VELEZ RODRIGUEZ, 1999, p. 69)

Um outro autor com críticas bastante incisivas ao keynesianismo é Henri Lepage. O sentido de suas críticas é que, com o tempo, as medidas intervencionistas iriam perdendo sua validade, visto que os agentes econômicos passariam a “antecipar” as medidas do governo, fazendo com que estas se tornassem ineficientes e até prejudiciais, sendo que a teoria keynesiana não se aplicaria às práticas econômicas e institucionais mais recentes.

Lepage fala sobre as “antecipações racionais” em que depois de um tempo da prática de medidas intervencionistas, os agentes econômicos as assimilariam, fazendo com que estas perdessem sua eficiência. Pelo fato dos modelos macroeconômicos não levarem em conta essa dinâmica de assimilação por parte dos agentes da economia, os projetos de intervenção a longo prazo acabariam por gerar efeitos que desestabilizariam a economia (raciocínio próximo da questão das consequências não intencionais da intervenção, tão salientados pelos Escola Austríaca).

Lepage também enfoca a questão da emissão de moeda por parte do banco central, principalmente para tentar reduzir as taxas de desemprego. A monetarização da economia, com simples injeção de moeda e não com uma geração real de riqueza levaria a uma situação de euforia nos mercados, com mais investimentos por parte dos empresários e mais consumo em vários setores da economia, o que leva a um aumento de preços. Como a riqueza não aumentou realmente, a euforia inicial cessa e chegam as consequências negativas do processo como desemprego do pessoal empregado no início do “boom” e outros cortes de despesas, diminuição da produção, etc.

Para o autor, com o tempo, os agentes econômicos passariam a “desconfiar” dessas situações de expansão, tentando se antecipar a elas para não cometer os mesmos equívocos anteriores, fazendo com que a economia se torne um choque constantes entre as medidas dos poderes públicos e suas intervenções e dos agentes econômicos e suas tentativas de antecipações às medidas intervencionistas, fazendo com que os empresários fiquem cada vez mais receosos em investir, provocando, novamente, consequências totalmente contrárias às intenções intervencionistas que buscavam, justamente, estimular o investimento.

O autor também critica os modelos econométricos que dão suporte teórico e técnico a essas intervenções por se basearem em estatísticas referentes ao comportamento passado do mercado. O sentido da crítica é que esses modelos não levariam em conta a experiência adquirida pelos agentes econômicos diante de uma conjuntura intervencionista e acabariam por gerar efeitos negativos sobre a economia.

Com relação às políticas fiscais, Lepage critica o fato de que estas acabam por desestimular o crescimento econômico (podemos observar também que, quanto mais há intervenções, maior se torna o aparato burocrático necessário para aplicá-las, o que faz necessário um aumento dos gastos governamentais que, por sua vez, se suprem através do

aumento de impostos). A grande questão é que a tese que baseia as políticas intervencionistas governamentais se suporta na chamada “demanda global” que vê a economia como um todo, subestimando a importância das ações dos indivíduos envolvidos na economia. (VELEZ RODRIGUEZ, 1999, p. 71 – 81)

Outro aspecto fundamental, presente em quase todas as vertentes de pensamento que adotam posições críticas em relação ao intervencionismo e ao governo de tamanho extenso e investido de muito poder, é que tal configuração da estrutura de poder acaba por aumentar, exponencialmente, os riscos de corrupção deste sistema, já que como poderes pouco limitados, tendente a crescer, juntamente com uma burocracia também crescente, distribuída de forma confusa e complexa, as chances de que haja comportamentos corruptos e auto interessados dos agentes operadores do governo e da burocracia é alto.

Além disso, há também o fato dos grupos de pressão, políticos ou empresariais, como sindicatos, partidos e grandes corporações, que exercem influência crescente de acordo com a expansão das intervenções, também possam catalisar essa possibilidade de corrupção por parte dos agentes estatais, fazendo com que haja, cada vez mais uma relação de simbiose e interdependência entre esses grupos.

Por fim, outra característica fundamental nessa relação política e burocrática, presente no sistema intervencionista, há a questão das medidas governamentais se tornarem cada vez populistas e descompromissadas com uma real preocupação do Estado para com o bom funcionamento da economia e da sociedade em geral. Isso se dá na medida em que as intervenções são calculadas não somente para solucionar um algum problema social ou econômico, mas sim para funcionar como uma espécie de propaganda do governo que está no poder, que passa a não se importar com os resultados de longo prazo (já mencionados) das intervenções, mas somente com o retorno político, ou melhor, eleitoral, que as medidas intervencionistas podem trazer num curto prazo. Já a burocracia, que aumenta de forma perene e continua no sistema intervencionista, dificilmente regride, pois mesmo passada a necessidade de um aparato tão grande, o custo político das reduções do funcionalismo público, bem como de reduções das políticas de seguridade social e expansão de crédito, seria muito grande e os grupos políticos envolvidos não se arriscariam a arcar com isso.

2.3 Origens históricas do intervencionismo

Há uma certa dificuldade em se identificar historicamente o momento onde começa a intervenção do Estado ou de algum tipo de poder constituído, já que a discussão sobre a origem do Estado e sobre o conceito do mesmo é também motivo de controvérsia, sobre a atividade econômica. Ainda, é difícil identificar um período histórico onde isso não ocorra.

No entanto, partindo-se do princípio de que o que garante a proteção do indivíduo contra o Estado é a propriedade privada, podemos identificar na Grécia Antiga, segundo Richard Pipes, discussões acerca de como este princípio da economia e da própria civilização, poderia ser ou não controlado por um ente externo e com poder coercitivo e regulatório no que tange às atividades econômicas.

Segundo Pipes, a discordância entre as obras de Platão e Aristóteles a respeito do tema da propriedade daria o tom de toda a discussão acerca da questão no pensamento Ocidental.

O autor ainda salienta que o mito fundacional de uma “Idade de Ouro”, algo semelhante à ideia de paraíso, seria comum, com algumas nuances, entre todas as civilizações e que nesta esfera mística não existiria propriedade. No entanto, a instituição da propriedade, novamente com nuances, é encontrada em todas as civilizações posteriores. (PIPES, 2001, p. 25)

De acordo com o autor, na obra de Platão pode-se identificar o questionamento e a crítica sobre a legitimidade da propriedade e sobre esta como causadora de conflitos e desigualdades sociais e econômicas.

O filósofo teria sido inspirado pela situação de Esparta, em que um poder centralizado impedia a concentração de riquezas, num momento em que esta cidade-Estado estaria conquistando um período de hegemonia na região onde se situava a antiga Grécia.

Platão baseava sua ideia negativa de propriedade na crença em um Estado com uma casta de governantes bem intencionados e não auto interessados, que impediriam os conflitos sociais gerados pela concentração de riqueza sob o domínio de alguns poucos.

Aristóteles questionava a visão de Platão acerca da propriedade usando argumentos utilitários, como o de que a propriedade coletiva, e não a privada, tenderia a gerar mais conflitos sociais, além de que estes seriam parte da própria natureza humana.

Outra característica positiva da propriedade privada, de acordo com Aristóteles, seria o fato de que os indivíduos cuidam melhor de suas posses e que a propriedade permite tanto alcançar níveis de satisfação material maiores, quanto de, em consequência disso, tornar os homens mais generosos.

Segundo Pipes, a discussão sobre propriedade também se estenderia para o âmbito da questão sobre as leis naturais ou convencionais (positivas), na qual, no primeiro caso, seria indestrutível, essencial e inexorável e, no segundo, seria passível de abolição e regulação, de acordo com circunstâncias específicas. Isso demonstra que toda a discussão sobre a questão da intervenção do Estado na economia passa pela ideia que se tem sobre o conceito de propriedade, sendo que, de forma geral, as posições se dividem entre um “idealismo ético” originário em Platão e tendente à relativização e concepção negativa de propriedade, e o “realismo utilitário” defendido por Aristóteles, tendo a propriedade como fator fundamental de organização social, liberdade individual e prosperidade econômica.

O autor também ressalta a relação, por volta do século XV das grandes navegações, da descoberta do “Novo Mundo” e dos relatos de viagens que descreviam os modos de vida dos nativos das terras recém-descobertas com o advento da literatura utópica e dos questionamentos em relação à propriedade, que teriam dado origem à ideia de “bom selvagem”.

De acordo com Pipes, a descoberta do “Novo Mundo” teve implicações não somente políticas e econômicas, mas também influência nas doutrinas sociais do Ocidente, resultando num choque com a teologia cristã e com a retomada da ideia de lei natural, o que levou a uma substituição, pelos autores utópicos, da ideia de liberdade pela de igualdade como bem supremo da humanidade. (PIPES, 2001, p. 43-44).

No mesmo século, com expansão do comércio pela Europa, fenômeno que, segundo o autor, está relacionado com o início da era moderna, passa-se a haver modificações na ideia de propriedade e dos desígnios do Estado, porém, num sentido contrário ao das ideias utópicas. Anteriormente à expansão comercial, a propriedade estaria intrinsecamente relacionada à posse de terras e, conseqüentemente dizia respeito às questões territoriais, por sua vez ligadas à autoridade real ou papal. A ruptura causada pelo comércio foi que a propriedade passou, então, a ter relação também com a ideia de capital e este era tratado de

forma pessoal e sem relação com a dimensão política, portanto não passível, num primeiro momento, de interferência externa. (PIPES, 2001, p. 46-47)

À mesma época, passa-se também a se ver a propriedade de um ponto de vista ético e positivo, como exemplo de dignidade e liberdade. Os entusiastas dessa visão foram humanistas e renascentistas italianos como Leonardo Bruni e Leon Battista Alberti, bem como, mais tarde, Calvino e Spinoza. Em Bodin, há a ideia de limitação da do poder do soberano em relação à propriedade, sendo que o primeiro não teria direito ao confisco da propriedade de seus súditos.

Percebe-se, portanto, que na mesma época, por volta do século XV, com as grandes navegações e com a expansão comercial europeia, que surgem duas linhas de pensamento em relação à propriedade: a primeira num sentido negativo e questionado sua legitimidade, baseada num suposto estado de natureza em que a propriedade não existiria e demandando um Estado ideal capaz de harmonizar a sociedade através do controle ou abolição da propriedade privada, e uma outra linha, que procura legitimar através da ideia de lei natural a propriedade, ressaltando seus aspectos positivos de liberdade e prosperidade e tendo o Estado como um agente que agiria de forma ilegítima caso ameaçasse esse direito.

Na França, entre os séculos XVII e XVIII também há um forte movimento antipropriedade e também contrário à ideia de lei natural, negando a existência de uma natureza humana e também dos males do mundo como fruto da ideia cristã de “pecado original”, defendendo que seria possível a construção de uma sociedade capaz de moldar o indivíduo, já que este não possuiria características inatas e que o principal entrave para uma sociedade mais justa, igualitária e harmoniosa seria a instituição da propriedade.

Neste mesmo contexto toma força a ideia do contratualismo, presente em Rousseau e também em Hobbes, na qual a propriedade seria um direito, porém estaria submetido ao interesse comum, arbitrado pelo Estado, que seria o criador e o detentor legítimo da propriedade, portanto poderia intervir de acordo com o que pudesse ser de interesse geral da sociedade, já que a propriedade seria “artificial”.

Após o século XVIII, a ideia de que a abolição da propriedade mudaria os rumos da humanidade passa a ser permanente e gera-se o que seria o embrião dos movimentos comunistas e socialistas, mesmo antes da Revolução Industrial e do surgimento das supostas contradições e males gerados pelo capitalismo, sendo a ideia antipropriedade e pró bem

comum concebida intelectual e ideologicamente, com base na ideia já citada da restauração de uma “Era de Ouro” da humanidade, uma espécie de paraíso terrestre que poderia ser conseguida através da racionalidade e da ação do Estado com papel preponderante nessa construção.

O papel da revolução francesa na questão da relação entre propriedade e Estado também é controversa. Segundo Pipes, mesmo diante da ideia, influenciada pelos fisiocratas de que a propriedade seria um direito dos indivíduos frente aos privilégios feudais, na prática política posterior à revolução, se concebia a propriedade como criação do Estado, de acordo com a ideia contratualista, portanto passível da intervenção deste para se assegurar o bem público.

Ainda no que tange às relações entre o grau de desenvolvimento do capitalismo e do comércio e do tamanho da interferência do Estado, Fernand Braudel observa que o capitalismo se desenvolveu em simbiose com o Estado, sendo ora favorecido, ora desfavorecido pelo mesmo, o que significaria que o processo deve ser entendido como uma relação entre o que o autor chama de “conjuntos”: o político, o econômico, o cultural, etc se sobrepõe e interagem. (BRAUDEL, 1995 - 96 p. 43-44)

Porém, o próprio autor também ressalta que o capitalismo se desenvolve mais sob condições sociais em que o Estado é mais fraco ou mais neutro, visão semelhante à de Murray Rothbard, que considera que o capitalismo se desenvolveu mais onde o Estado era mais fraco ou inexistente, como nas cidades italianas, na Liga Hanseática e na Holanda do século XVII. (ROTHBARD, 2010, p. 15)

Braudel também aborda a relação do Estado moderno, crescente em seus gastos e despesas, notadamente com a guerra, e o aumento de seu escopo de funções. Com as necessidades e despesas crescentes, os impostos obtidos passam a não ser suficientes para financiar as atividades do Estado e este passa, então a contrair empréstimos, o que daria origem à dívida pública, já no século XIII. (BRAUDEL, 1995 - 96, 460-463)

Neste contexto, os “financistas” passam a ter papel preponderante e passa a haver uma relação peculiar entre este setor do capitalismo que é intimamente ligado ao Estado, devido à sua configuração imperfeita fiscal e administrativamente, o que leva a uma constante tomada de empréstimos por parte do Estado. (BRAUDEL, 1995 - 96, p.475)

Braudel também trata da questão do mercantilismo e acaba por considerar adequado o termo, apesar das controvérsias historiográficas a respeito do assunto e da variação de sua forma, relativo às circunstâncias locais e passível de ser dividido em fases, porém, ressaltando que este estaria ligado ao desenvolvimento do Estado moderno e do Estado nacional, como uma espécie de “cada um por si” econômico entre nações. A própria lógica de acumulação de metais preciosos, presente no mercantilismo, orientaria a política econômica dos Estados e o advento da manufatura seria efeito disto.

A questão se acirraria, muito posteriormente, no século XIX, em duas frentes: num questionamento mais incisivo, filosófico e juridicamente acerca da noção de propriedade como direito natural e na esfera política com o surgimento dos movimentos anarquista e comunista e com o alastramento da democracia popular e do sufrágio.

Durante o século XX, por influência de teorias sociais e psicológicas baseadas na teoria da evolução e na antropologia cultural, houve novos ataques à instituição da propriedade, porém, com várias contradições e disputas internas entre seus defensores acadêmicos e acabando por se justificar, em última instância, nas tradições anteriores que questionavam a propriedade e a lei natural e colocavam o homem como passível de ser moldado pelo meio em que vive, pela sociedade, sob a égide do Estado.

No âmbito propriamente econômico, principalmente através da obra de Alfred Marshall, também passe-se a relativizar a propriedade com foco, agora, na contribuição social que esta poderia gerar, sendo aceitáveis interferências do Estado na propriedade para se chegar ao progresso, relacionado, à essa altura, como tendo a igualdade como característica necessária para sua concretização. (PIPES, 2001, p. 86)

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria em que, notadamente, dois sistemas que operavam sob fundamentos de propriedade opostos, a discussão sobre o tema segue a mesma tônica anterior de oposição entre um progresso utilitarista baseado na liberdade de propriedade e um sistema baseado na justiça social, sob controle absoluto do Estado.

Devido à queda da URSS, porém, o controle total do Estado e a planificação econômica passam a ser cada vez mais abandonados, no entanto, já se havia instituído cultural, política e moralmente a ideia de justiça social e bem comum, fazendo com que as políticas econômicas dos Estados, após uma tímida onda de aberturas e privatizações,

passassem a caminhar, novamente, no sentido do Estado de bem-estar social, com altas regulamentações, expansão da seguridade social e políticas monetárias e cambiais centralizadas pelo Estado, com papel preponderante dos Bancos Centrais.

Sobre as democracias que tem por base a lógica do Estado de bem-estar social, o historiador Richard Pipes observa que:

Em contraste com o regime totalitário e demais formas despóticas de governo, as democracias pregam um compromisso ilimitado para com o princípio da propriedade privada: sua inviolabilidade passou a ser declarada por inúmeras constituições em todo o mundo. A realidade, entretanto, é diferente. Os direitos à propriedade e as liberdades a estes associadas são subvertidas por uma variedade de dispositivos, alguns abertos e constitucionais, outros oblíquos e de legalidade duvidosa: o Estado, isso fica evidente, toma, mesmo quando dá. (Uma vez que, nas palavras de Platão, “De todas as coisas de que um homem é um guardião atento ele também é um ladrão atento”) O ataque aos direitos de propriedade nem sempre é aparente, porque é executado em nome do “bem comum”, um conceito elástico, definido por aqueles a cujo interesse serve. (Pipes, 2001 p. 267)

Na primeira metade do século XIX, o discurso de que os direitos de propriedade acabavam por conferir poder demais aos detentores das propriedades e estes ameaçariam tanto a soberania e o poder do Estado, quanto o ideal de bem comum, passa a ganhar força.

Segundo Pipes, no século XIX, passa a haver uma mudança nas relações entre Estado e propriedade, devido ao medo do socialismo, que rondava o Ocidente e a cidadania adquirida pela classe baixa, voltando a haver a preocupação com o toma da justiça social. A ideia das leis como capazes de solucionar os problemas sociais também é popularizada, já que, anteriormente, as leis eram vistas mais no sentido de preservar os costumes e a lei natural.

Na Inglaterra, com o parlamento ficando cada vez mais incumbido de legislar, no início do século XIX em diante, inclusive no que dizia respeito aos contratos e à propriedade, forma-se uma das bases do welfare state. Já na Alemanha, em 1880, as leis de seguridade social lançam outra base do mesmo formato de Estado. Até antes da Primeira Guerra Mundial, porém, as leis sociais estão relacionadas principalmente com desemprego, velhice ou acidentes de trabalho. (PIPES, 2001, p. 270)

Com a Grande Depressão, nos EUA, as leis de seguridade social extrapolam esse campo e passam a propor gerar bem-estar de fato, com a geração de empregos e fomento ao consumo. Com essas medidas, para financiá-las, passa-se a crescer o poder de taxaço por parte do Estado, como políticas de redistribuição de renda, e a justificativa passa a ser que o

Estado não somente deve amenizar, mas que tem a obrigação de acabar com a pobreza, e propriedade, dentro desta lógica, é vista como um obstáculo, portanto relativizada, tanto no discurso político e social, quanto na legislação de fato. Além disso, nas democracias, com a necessidade do governo ser eleito por um eleitorado, em sua maioria, mais pobre, as políticas sociais passam, constantemente, a ser tornarem a principal plataforma eleitoral dos candidatos.

À medida que se expandem os direitos políticos e civis, bem como a participação política da maioria da sociedade, passa-se a haver mais demanda por intervenções do Estado que, com o poder cada vez mais dependente do voto e do apoio popular direto, passa a tentar atender essas demandas através de políticas de assistência social, baseada na tributação e na limitação dos direitos de propriedade. Em resumo, pode-se considerar que uma ampliação da esfera da participação política da sociedade teve como consequência uma relativização dos direitos de propriedade e, conseqüentemente, do utilitarismo desta e da liberdade econômica, passando o discurso predominante a guiar-se pela noção de “justiça social”.

CAPITULO 3 – CRISE ECONÔMICA E AÇÃO GOVERNAMENTAL NOS EUA NO SÉCULO XX

O recorte temporal usado neste capítulo irá desde o final do século XIX, especificamente sua última década, até a primeira década do século XXI, porém, o século XX foi escolhido como referência por este ter sido o período, sem dúvida, em que os EUA ganharam projeção mundial e estiveram envolvidos em vários aspectos das mudanças globais, ao mesmo tempo em que se operaram, dentro do território norte-americano, transformações nos âmbitos político, econômico e cultural. Nas palavras do autor John Lukacs, a respeito dos EUA no século XX:

(...) mudanças profundas, graves – e frequentemente não muito reconhecidas – ocorreram nas condições do Estado e da vida da América em vários níveis. Essas mutações são menos óbvias, menos visíveis e menos espetaculares que as grandes mudanças que ocorreram durante o século XIX (o movimento para o Oeste do Estado e do povo norte-americano; a Guerra Civil; e a imigração em massa da Europa e Rússia), mas suas consequências podem ter sido pelo menos tão importantes e tão duradouras quanto aquelas do penúltimo século. (Lukacs, 2006, p. 7)

Além dessa peculiaridade histórica envolvendo o século XX nos EUA, outro motivo deste recorte temporal é que o próprio uso, de maneira teórico-metodológica, do conceito de intervencionismo, o qual precisa ser analisado, também, em suas consequências a longo prazo, bem como na relação de acúmulo de intervenções e, ainda, em suas fases de expansão e contração, se faz necessário que se trate, justamente, dos episódios em que se notam essas transformações no escopo da ação do Estado. Portanto, a escolha dos períodos históricos tratados se dá em função destes demonstrarem características mais notáveis das mudanças na relação do Estado com a economia e a sociedade e por deixarem legados institucionais e ideológicos que perdurariam ao longo do século em questão.

3.1 A década de 1890

Na década de 1890 ocorreram fatos significativos que marcariam a história dos EUA. Fatos sem precedentes e que acabariam por dar o tom do que seria o século XX do campo da relação entre Estado e mercado. Além disso, o país tinha experimentado, recentemente, uma fase de desenvolvimento material, com a expansão de indústrias e agricultura, aumento do número de ferrovias, marcando assim a fase da chamada “reconstrução”, logo após o término da Guerra de Secessão e a reunificação territorial e política do país.

Segundo John Lukacs, até esta década, os EUA estavam numa posição um tanto isolada, relativamente, como também independente, da mesma forma, do resto do mundo e, além disso, julgando, seu próprio povo estar numa situação melhor, não tanto em sentido material, mas além deste, num sentido amplo, abarcando vários aspectos, desde o moral, material até as condições de como os indivíduos se relacionavam com a sociedade e com o Estado a qual estavam sujeitos. (LUKACS, 2006, p. 99)

Houve ainda, nesta década uma grave crise econômica, devido à falência de algumas empresas, principalmente ferroviárias, bem como de uma seca que atingiu fazendas do sul, que viria, pela primeira vez de uma forma mais organizada e incisiva a cobrar intervenções do Estado para resolver tais problemas. Outra mudança foi no que tange às relações de trabalho. Com a recente abolição da escravidão, a imigração e o próprio crescimento da capacidade produtiva desde o fim da Guerra de Secessão, houveram transformações nas relações entre patrões e empregados, que passaram de uma estrutura mais paternalista para uma mais impessoal e dinâmica, trazendo à tona disputas entre os grupos e a ascensão de organizações trabalhistas. O desemprego gerado pela crise trouxe, ainda, demandas de vários setores, desde organizações de trabalhadores até empresários e grupos políticos por medidas de intervenção do governo em relação ao problema, porém, que num primeiro momento, não foram atendidas pelo governo federal. Além disso, no âmbito econômico havia a questão da manutenção do padrão-ouro e das questões financeiras que o envolviam, como expansão de crédito e o bimetalismo, com a prata também servindo como fixação do câmbio. Uma das manifestações políticas nascidas deste contexto foi o Partido Populista, formado por fazendeiros e lideranças trabalhistas, principalmente do Sul e do Oeste, que demandavam por maiores intervenções governamentais, como o bimetalismo, subsídios financeiros, entre outras medidas de auxílio, à época, negadas pelo presidente Grover Cleveland, insistindo que o governo não deveria interferir nesse tipo de assunto.

Robert Higgs, que trata das condições ideológicas para que se ocorra as intervenções governamentais nos momentos de crise, num sentido que faz com que o governo cresça e não diminua de maneira que volte ao estágio anterior à crise, argumenta que a derrotas dos democratas, apoiados pelos populistas, foi a última vitória do liberalismo clássico, e que o século XX seria dominado por uma “era progressista”, fazendo com que as crises passassem a ter outros significados e consequências no que tange à ação do Estado em relação a estas. Para o autor, a década de 1890 ainda não tinha alcançado este nível de mudança ideológica, que faz com que o governo aumente seu poder, mesmo numa democracia representativa, de modo que entre em uma espiral expansionista.

O autor define ideologia como uma crença mais ou menos coerente e bastante abrangente sobre as relações sociais, com quatro aspectos distintos: cognitivo, afetivo, programático e solidário. Esses quatro elementos fariam com que o indivíduo estruturasse sua percepção e predeterminaria seu entendimento acerca do mundo social, fazendo com que julgue se os acontecimentos sociais são bons, maus ou neutros. Ainda, o autor salienta que qualquer adulto são possui uma ideologia nestes termos. (HIGGS, 1987, p. 60)

Especificamente em relação à sociedade norte-americana, o autor ressalta que os cidadãos são altamente ideológicos, porém sua ideologia é pouco elaborada e que é justamente nos momentos de crises sociais que o papel das ideologias se torna mais importante ou, simplesmente, mais visível, tanto no sentido de manter a ordem vigente, quando no sentido de transformá-la. Uma outra característica, mais em relação aos ideólogos, ou seja, aqueles que, de certa forma, guiam os parâmetros de percepção da realidade, seria que estes não tem tanto uma preocupação em serem lógicos, mas mais de serem convincentes e atrair a atenção de pessoas que carecem de tempo para formular reflexões mais extensas e elaboradas.

Outro aspecto, além do ideológico, que é preponderante em relação às transformações no tamanho do Estado geradas pelas crises, é a questão da burocracia. De acordo com Higgs, a burocracia seria fácil de se criar e difícil de se tirar, ademais, ocasionaria também mudanças nas interpretações judiciais, relativas a direitos e obrigações, bem como na relação com as restrições legais sobre a economia. Todos esses fatores combinados, gerariam o que o autor chama de “efeito catraca”, que seria um crescimento do governo em seu âmbito de ações não apenas como uma simples tendência ou fenômeno ocasional, mas como um processo histórico.

Dado isto, a década de 1890 representou um período em que se criaram as primeiras bases ideológicas para que se iniciasse uma fase de expansão da ação do governo norte-americano juntamente com uma transformação na forma de ação social e política dos grupos de pressão e da sociedade em geral.

3.2 A era progressista

Compreendida entre a crise da década de 1890 e o início da primeira Guerra Mundial, está a, chamada pelos historiadores, “Era progressista”. De acordo com Robert Higgs, a maioria dos historiadores que tratam do tema, tendem a ver com bons olhos esse período, marcado por um crescimento e centralização das regulações governamentais, ou seja, por uma maior politização da esfera econômica, criando as condições ideológicas, presentes na argumentação de Higgs, necessárias para o aumento da ação estatal.

Este período foi marcado por um crescimento da força das organizações de trabalhadores sindicalizados, apesar de isso não ter sido acompanhado por um crescimento numérico (não mais de 20% eram sindicalizados), ganharam visibilidade em setores estratégicos da economia norte americana da época, tais como as ferroviárias e mineração de carvão, bem como na indústria de construção. Somado a isso, a imigração crescente trazia impactos diversos ao mercado de trabalho. (HIGGS, 1987, p. 108)

Outro problema, talvez o maior da época perante a opinião pública, era a questão das grandes corporações (ou trustes), tidas como algo negativo por grande parte da população, pela imprensa e por setores políticos, principalmente de homens de Estado “simbólicos” da Era Progressista, como Theodore Roosevelt e Woodrow Wilson, que conclamavam solução governamental para o problema das grandes corporações, julgadas como muito poderosas e como uma ameaça ao poder público e à sociedade. Trabalhadores que vinham num crescimento organizacional, assim como uma classe média urbana também ascendente, realmente pensavam que as corporações fossem um problema para a saúde econômica e social do país, o que fez seguir alguns atos governamentais desmantelando ou limitando essas corporações.

A Era Progressista abarcava vários aspectos acerca da relação entre governo, economia e sociedade, se tornando o “progressivismo”, a principal orientação ideológica das elites políticas do fim do século XIX até a primeira Guerra Mundial, e tendo por norte a ideia de que o Estado deveria se estender a questões como a manutenção da infraestrutura, saneamento e educação, porém, não desaparecendo totalmente, apesar de ter se tornado mais fraca, a crença em um governo limitado. Uma das mudanças mais significativas, no entanto, foi a popularização da ideia de “políticas públicas” que deveria ser de responsabilidade do governo federal. Além disso, grupos empresariais também simpatizavam com a ideia de um governo protetor e regulador, que criasse uma maior “ordem” na economia, mesmo porque estes perceberam que o crescimento do Estado na esfera economia vinha tomando um caminho que seria difícil de voltar atrás.

Em suma, a Era Progressista significou uma mudança na forma de se enxergar as incumbências do Estado e transformou a mentalidade da população, deixando, segundo Robert Higgs, um legado ideológico que faria com que houvesse cada mais vez demandas e mais propostas por ações governamentais numa série de questões. Houve também um legado institucional, ou seja, mudanças na parte burocrática do Estado, onde, segundo o autor, a principal delas foi a criação, pelo Congresso, da Comissão Monetária Nacional, para tratar dos problemas bancários e monetários e recomendar soluções legislativas para estes. Esse processo daria origem à criação do Fed, em 1913 e mudaria drasticamente as relações entre Estado e economia nos EUA.

3.3 A criação do Fed

Na era Progressista, parte dos empresários assimilaram a ideologia do período, que clamava por um governo maior, que tivesse funções de, entre outras coisas, proteger seus negócios de possíveis problemas como crises e concorrências. Os banqueiros também estavam inseridos neste contexto, pois pretendiam ampliar seus financiamentos de crédito, o que era dificultado pelo padrão ouro vigente e, portanto, passaram a demandar um respaldo maior por parte do Estado para que pudessem obter auxílio em casos de crise. Ao mesmo tempo, havia um discurso público de que a expansão de crédito, com as garantias dadas por uma instituição central, seria algo positivo para a maioria dos cidadãos, que poderiam ter

acesso à moeda para investir com mais facilidade. Estavam criadas aí, as condições ideológicas que permitiram a criação do Fed, em 1913.

Ron Paul vai mais longe ao investigar as condições históricas que contribuíram para a criação do Fed, dando relevo especial à questão das reservas fracionárias, já em prática pelos bancos no século XIX. Anteriormente a isso, ainda, desde sua fundação, parte dos políticos, se posicionava, frequentemente, contrários ao papel moeda, defendendo uma moeda forte e estável baseada no padrão ouro. Porém, com a guerra entre EUA e Grã-Bretanha, em 1812, o governo teve que emitir moeda para arcar com os custos, tendo como resultado a inflação. O autor observa que, em tempos de guerra, é esperado que se tenha inflação, mas que a estabilidade volte, passado o conflito. Porém, não foi o aconteceu, tendo sido criado, em 1816, o Second Bank of the United States. Como a opinião pública e a classe política estavam mobilizados com a questão da guerra, não houve muitas resistências quanto à expansão creditícia posta em prática pelo banco. Outra guerra, a de Secessão, a mais emblemática dos EUA, também fez gerar um processo inflacionário, sendo restituído, no entanto, o padrão ouro após o conflito. Porém, mesmo com o padrão ouro, os bancos eram autorizados a utilizar as reservas fracionárias, ao mesmo tempo em que começaram a exigir mais regulação para evitar a concorrência. (PAUL, 2011, p. 31-32)

Já na Era Progressista, com a crise bancária de 1907, as pressões para a criação do Fed se tornariam mais intensas, sendo endossadas e lideradas por empresários como Jacob Schiff, da Kuhn, Loeb & Corporation, argumentando que o governo precisaria tomar uma medida no âmbito monetário para evitar outra crise. Esse movimento pró Banco Central foi ganhando adeptos entre grandes corporações e banqueiros. Segundo Ron Paul, a crise de 1907 nem chegou a ser, em si, tão grave, mas muitos bancos suspenderam os pagamentos em espécie, isto é, interromperam o pagamento em ouro para os depositantes até a crise passar. Esse fato levou à consolidação da opinião em favor de um fiador nacional de todos os depósitos. Ou seja, o movimento em favor de um banco central, controlado pelo governo cresce entre setores empresariais, políticos, acadêmicos e na opinião pública, bem como, na imprensa. (PAUL, 2011, p. 33)

Em 1910, uma reunião contou com a participação de representantes de grandes corporações da época, como os Rockefeller, Morgan e Kuhn, além de economistas (em outras palavras, a elite econômica e acadêmica do período, o que, segundo Ron Paul, constitui a essência do Fed), que teriam trabalhado na articulação da estrutura de como seria o Fed e

apresentaram a proposta à Comissão Monetária Nacional, em 1911. Com a aprovação, pelo Congresso, do Federal Reserve Act, os bancos foram permitidos de cartelizar e inflacionar, com respaldo do governo em momentos de crise, numa tentativa de “blindar” o sistema bancário sem deixar de estender a oferta monetária.

Outro aspecto em relação ao Fed é a discussão a respeito da constitucionalidade de um Banco Central, começando o debate na Convenção Constitucional de 1787, em que os federalistas, mais centralistas, demandavam por uma instituição do tipo, ao passo que a Constituição norte-americana proíbe o uso do papel moeda de acordo com o Artigo I, Seção 10: “Nenhum estado poderá (...) autorizar, para pagamentos de dívidas, o uso de qualquer coisa que não seja ouro e prata”. No entanto, em função da guerra de 1812, a querela constitucional sobre o problema continuou, sendo alegado que, de acordo com o Artigo I, Seção 8, o Congresso poderia criar quaisquer leis consideradas “necessárias e apropriadas”, e a Suprema Corte estabeleceu o “princípio dos poderes implícitos”, o que fez com que se abrisse a brecha legal para que o Fed fosse criado mais tarde. (PAUL, 2011, p. 187-94)

3.4 Os efeitos da Primeira Guerra Mundial na política econômica dos EUA

Apesar das mudanças ocasionais ocorridas durante a Era Progressista, os EUA mantiveram, mesmo que de uma forma distorcida, uma economia de livre mercado, até 1916. Com o advento da guerra, as intervenções aumentaram de forma profunda e inédita sobre vários setores considerados estratégicos, como transportes, comunicação, alimentos e combustíveis, com o governo estabelecendo prioridades e fixando preços, além de mudanças ocasionadas no mercado de trabalho, com a mão-de-obra deslocada para servir ao exercito, algo que Higgs classifica como um “socialismo de guerra”. (HIGGS, 1987, p. 123)

Durante o período em que os EUA se mantiveram relativamente neutros em relação ao conflito, até 1916, o país experimentou um período de prosperidade, com crescimento das exportações, principalmente para a América Latina, então carente de importações, antes feitas junto aos países europeus, agora, em guerra. Com os navios comerciais europeus mobilizados para a guerra, os EUA também assumiram parte deste setor, que também passou a sofrer controles por parte do governo.

No início do conflito, a maioria dos americanos não viam motivos para que o país se envolvesse na guerra, porém, com o passar do tempo, começaram a haver rumores, alardeados por propagandistas de ambos os lados envolvidos na disputa, que provocaram alvoroço na opinião pública. Somado a isso, houveram incidentes envolvendo navios comerciais americanos e submarinos alemães, o que fez com que houvesse o clamor popular para que o governo “fizesse algo”.

No âmbito legal foi aprovada, em 1916, a Lei de Defesa Nacional, que autorizava o presidente a, em tempos de guerra ou na iminência de uma, colocar ordens prioritárias sobre todas as outras ordens e contratos, que acabou por permitir que, ser por determinação presidencial, algum proprietário de algo tido como essencial para ser usado em caso de guerra, não negociasse a um preço “razoável” junto ao governo, este teria poderes de se apossar da propriedade em questão. Isso ocorreu, principalmente, com as fabricas de munição, obrigadas a cobrar o preço estipulado pelo governo, para não perderem suas propriedades. Isso ocorreu também em relação aos transportes, com o governo podendo assumir o controle de qualquer sistema de transporte necessário para fins militares. Ainda, o Conselho Nacional de Defesa estava incumbido de fazer proposições e de controlar todos os setores tidos como estratégicos que, além dos militares, eram comércio, agricultura, trabalho e interior, e de controlar as indústrias e propriedades, no sentido de garantir a defesa nacional e o bem estar-social. (HIGGS, 1987, p. 128-29)

Nota-se aí, a estrutura com que se davam as políticas intervencionistas, e que iriam se seguir ao longo do século XX: num primeiro momento, os controles incidiam sobre o mercado, sobre a produção e as trocas, com taxas, restrições e direcionamento estatal, para depois evoluírem para políticas de seguridade, de welfare state. A guerra deixou muitas consequências permanentes na sociedade americana, no sentido ideológico e no sentido institucional. Também no âmbito das contas públicas, houve aumento nos níveis fiscais, bem como um aumento da dívida pública (de \$1 bilhão antes da guerra, para \$25 bilhões, no final do conflito (HIGGS, 1987, p. 150)).

Outro aspecto relevante, levantado por Higgs, foi força política que os veteranos de guerra ganharam, fundando a “Legião Americana”, em 1919.

Várias agências estatais de administração de setores da economia, como de alimentos, combustíveis e transportes continuariam a operar mesmo depois de findada a guerra,

controlando preços, concorrência e direitos de propriedade, bem como o Conselho de Navegação, que perdurou após o conflito.

No sentido ideológico, segundo Higgs, se criou a cultura do “associacionismo”, ou seja, um aumento das ações corporativas na economia, juntando grupos empresariais, organizações trabalhistas, comissões do congresso, agências reguladoras, fazendo com que passasse a haver uma aproximação informal entre as empresas estabelecidas no mercado e o governo. Em outras palavras, continuava crescendo a politização da vida econômica, mudando também a mentalidade da classe empresarial com relação às perspectivas do trato do governo com a economia. Politicamente, alguns grupos assimilariam ideologias mais coletivistas como as praticadas durante a guerra, sob a égide estatal.

Outro ponto fundamental é que, em tempos de guerra, há a propaganda governamental, exaltando os sentimentos dos cidadãos e tentando alterar suas preferências e seu grau de tolerância, criando uma atmosfera que faz com que aceitem as ações governamentais, como por exemplo, no caso da fixação de preços, em que o governo tenta criar a impressão de que os produtos mais necessários estariam a preços baixos, portanto abundantes no mercado. Além disso, obviamente, passado o conflito, a ideia de que os EUA haviam ganhado a guerra, contribuía para a opinião pública, de forma geral, ver as intervenções como necessárias, heroicas e bem-sucedidas.

3.5 A crise de 29

Segundo Sennholz, a Grande Depressão foi resultado de quatro depressões diferentes, que culminaram na chamada crise de 1929, tendo como a principal causa a expansão monetária e facilitação de crédito. A partir de 1924, houve uma expansão de crédito pelo Fed, em acordo com o Bank of England (O Banco Central inglês), para fazer com que a taxa de câmbio voltasse ao mesmo nível de antes da Primeira Guerra Mundial, através de uma política de inflação nos EUA e de deflação na Inglaterra.

Em 1927, o Fed incorreu em mais um surto inflacionário, cujo resultado foi fazer com que o total de dinheiro fora dos bancos mais os depósitos à vista e a prazo aumentassem de \$44,51 bilhões, no final de junho de 1924, para \$55,17 bilhões em 1929. O volume das hipotecas agrícolas e urbanas expandiu de \$16,8 bilhões em 1921 para \$27,1 bilhões em 1929. Aumentos similares ocorreram no endividamento industrial, financeiro e dos governos municipais e estaduais. Essa expansão do dinheiro e do crédito foi acompanhada de um aumento veloz nos preços das ações e dos imóveis. Os preços dos títulos emitidos por indústrias, de acordo com o índice da Standard & Poor's, aumentou de 59,4 em junho de 1922 para 195,2 em setembro de 1929. As ações das empresas ferroviárias aumentaram de 189,2 para 446,0, ao passo as empresas de utilidade pública subiram de 82 para 375,1. (SENNHOLZ, 2010, p. 3)

Como já foi salientado no primeiro capítulo do presente trabalho, a expansão monetária dá uma série de sinais falsos e distorce o mercado, gerando os ciclos econômicos. Diante disso, a política econômica dos governos, conforme também já foi tratado neste trabalho, tentam continuar o período de expansão através de mais injeção monetária, até que a inflação fuja do controle e a taxa de juros torne a subir.

Em setembro de 1929, os acionistas perceberam que a estrutura econômica estava se alterando e a venda de ações estourou, puxando os preços, abruptamente, para baixo. Conforme acontece nesses períodos de depressão, o mercado começou a se reajustar, as empresas já estavam iniciando os pagamentos de suas dívidas junto aos bancos e o desemprego, timidamente, se reduzia em 1930.

Segundo o autor, o presidente Hoover, com uma pauta econômica de planejamento central, estimulou os empresários a manterem os custos e salários e aumentarem os gastos e investimentos, na esperança de manter o poder de compra. Além disso, dentro da lógica keynesiana seguida, o governo federal intensificou a política de déficits orçamentários, inclusive pressionando os governos locais a fazerem o mesmo.

Outro aspecto muito importante foi a elevação, sem precedentes, das taxas de importação para manter os preços dos produtos agrícolas, principalmente. Segundo o autor, e de acordo com vários historiadores econômicos do período, esta foi a medida mais desastrosa tomada pelo governo. Isso fez com que as ações das indústrias caíssem de forma extremada. Sennholz argumenta que isso aconteceu porque a restrição de importações dificulta as exportações, já que os outros países que mantêm relações comerciais com o país protecionista, ao não conseguirem exportar, não conseguem também divisas para as importações. “As exportações americanas, caíram de \$5,5 bilhões em 1929, para \$1,7 bilhões em 1932”. A agricultura, antes pujante, se desestabilizou completamente, gerando falências que, por sua

vez, foram transferidas para vários credores, além das falências dos bancos rurais e do calote dos países europeus devedores.

O governo Hoover, que antes havia pressionado os empresários a manterem os custos, alardeou a propaganda de que a crise teria sido deflagrada por empresários e especuladores. Os programas de obras públicas e manutenção dos salários artificialmente foi expandido, além de terem sido fornecidos subsídios para a agricultura. O resultado foi um aumento de 8 para 12,4 milhões de pessoas desempregadas entre 1931 e 1932. Neste ano, o governo, através do “Decreto da Receita”, dobrou o imposto de renda. (SENNHOLZ, 2010, p. 5)

O governo seguinte, de Franklin Roosevelt, ampliou as intervenções, criando a NRA (Administração da Recuperação Nacional), cartelizando as empresas e fixando preços, salários e condições de trabalho. O desemprego continuava subindo, agora para 13 milhões de pessoas. Os subsídios agrícolas também, com os produtores recebendo para não plantar ou o governo comprando os estoques para destruir. Em 1935, a Suprema Corte declarou inconstitucionais a NRA e AAA (comissão federal de auxílio à agricultura), por violação dos direitos dos estados. Com isso, as regulamentações diminuíram e o desemprego baixou para 7,6 milhões em 1936.

Porém, as medidas governamentais continuaram, agora com mais força no campo da legislação trabalhista que, em 1935, através do Wagner Act, criou uma agencia nacional para tratar dos casos envolvendo disputas trabalhistas, a Comissão Nacional de Relações de Trabalho, fazendo com que a participação dos sindicatos ganhasse mais força.

Sobre a ação do Fed, no período, Sennholz ressalta que:

Por todo esse período, o governo federal, através do seu braço monetário, o Fed, esforçou-se para reflacionar a economia. A expansão monetária ocorrida entre 1934 e 1941 atingiu proporções estonteantes. O ouro monetário da Europa, fugindo das nuvens negras das reviravoltas políticas daquele continente, buscou refúgio nos EUA, impulsionando as reservas bancárias americanas a níveis inauditos. As reservas subiram de \$2,9 bilhões em janeiro de 1934 para \$14,4 bilhões em janeiro de 1941. E com esse aumento das reservas, as taxas de juros declinaram para níveis fantásticamente baixos. Os títulos comerciais frequentemente rendiam menos de 1%, e os aceites bancários estavam entre 0,125% e 0,25%. As Letras do Tesouro caíram para 0,1% e os Bônus do Tesouro, para 2%. Os empréstimos resgatáveis a qualquer momento estavam fixados em 1% e os empréstimos para os clientes *prime* estavam

em 1,5%. O mercado financeiro estava inundado e as taxas de juros dificilmente poderiam diminuir. (SENNHOLZ 2010, p. 9)

Segundo Robert Higgs, as principais diferenças entre as medidas tomadas na primeira e na segunda fase do New Deal, foram que, no primeiro momento, as políticas foram mais de controle de mercado e de auxílio a produtores e, posteriormente, passaram a se focar mais nas obras públicas e nas políticas trabalhistas e de seguridade social, visando um welfare state, de fato.

Porém, não só o primeiro período criou as bases institucionais para as medidas tomadas no segundo, como também, os dois, possibilitaram políticas de intervenção nas décadas seguintes, mostrando uma continuidade na lógica de funcionamento e no acúmulo de medidas intervencionistas.

Isso significa que, uma vez tomadas medidas em que o governo assume a responsabilidade por sanar a crise e se dispõe a auxiliar o mercado, se torna quase impossível voltar a um funcionamento da economia baseada no livre mercado, bem como se torna difícil e com um custo político muito alto retirar as medidas assistencialistas e trabalhistas tomadas no período de crise.

Segundo o autor, os efeitos do crescimento do governo durante a crise também foram sentidos e acompanhados por mudanças nos círculos acadêmicos e intelectuais, cada vez mais simpáticos a formas de coletivismo e de “autoridade pública” e cada vez mais abandonando as ideias de livre mercado e individualismo. Além disso, a onda de coletivismo e estatismo não teria sido só uma “moda” intelectual, mas resultado de algo que já vinha se enraizando na opinião pública norte-americana, desde o início do século XX, que antes, nos séculos XVIII e XIX era marcada pela ideia de livre mercado e governo limitado. (Higgs, 1987, p. 193)

Mais um aspecto, foi que as agências reguladoras federais criadas durante a crise, bem como os discursos políticos de invocação da solidariedade nacional, teriam sido um legado institucional e ideológico da Primeira Guerra Mundial, bem como a centralização governamental. Tudo isso estaria fazendo parte de um processo histórico, que levaria o governo dos EUA a caminhar numa direção mais intervencionista e a opinião pública a aceitar cada vez mais essas medidas.

3.6 A Segunda Guerra mundial e a consolidação do intervencionismo

Diferentemente do ocorrido na primeira guerra mundial, em que a guerra foi formalmente declarada pelos EUA antes de suas ações na frente militar, a entrada na segunda guerra mundial aconteceu imediatamente após o incidente com Pearl Harbor. Em termos militares e de mobilização, a segunda guerra também teve uma dimensão maior, com o discurso oficial e a opinião pública fortemente marcados pela lembrança do primeiro conflito mundial e pela crise de 29.

Outro aspecto no âmbito das relações entre a guerra e as intervenções governamentais na economia foi que, diferente do primeiro conflito, em que houve um relativo período de paz posterior, a segunda guerra mundial já foi seguida quase que imediatamente pela Guerra Fria, o que fez com que a economia de guerra e o constante clima de hostilidade se tornassem uma constante na vida da sociedade e nas ações do governo norte-americano.

As agências reguladoras criadas durante o conflito se transformaram em outras, com incumbências e influências parecidas.

Houve também a questão do “pleno emprego” durante o período da guerra, que, segundo argumenta Robert Higgs, era uma ilusão, já que o número de pessoas tidas como desempregadas entre 1940-45 era de 7 milhões, e a de empregados nas forças armadas, de 11 milhões.

O crescimento da economia norte-americana no pós-guerra se deveu, segundo o autor, não ao planejamento governamental durante o período, mas, sim, ao fato de que, passado o conflito, diante de todas as restrições econômicas enfrentadas anteriormente, a necessidade de consumo era grande e a iniciativa privada foi, por isso, encorajada.

Mudanças no âmbito legal, no sentido de aumentar os poderes do Estado, também se sedimentaram durante a segunda guerra. O presidente passou a ter cada vez mais poderes de declarar situações de “emergência” e, conseqüentemente, criar agências reguladoras e corpos burocráticos para auxiliá-lo, o que fez com que o governo se tornasse um organismo cada vez menos dependente das limitações constitucionais e mais dependente das circunstâncias e das características de quem o geria.

Outro fato marcante, que definiria os rumos da política norte-americana, foi a relação que começou a haver com URSS nos fins da guerra. Mesmo com o temor dos norte-

americanos de um posterior alargamento da área de influência soviética sobre a Europa, a principal preocupação era o alinhamento entre os dois para acabar com o conflito mundial. Este sentimento de uma certa tolerância desapareceu e se tornou inverso 2 ou 3 anos após o conflito, ao mesmo tempo em que o clima beligerante ainda permeava a política e a opinião pública dos EUA, e passou a moldar as diretrizes e as divisões políticas entre os partidos no país, num misto de nacionalismo, no sentido de garantir a ordem nacional doméstica, bem como a proteção e de um Estado de bem-estar social, já construído ao longo das décadas anteriores. As diferenças nos discursos, eram, portanto, como os partidos “equilibravam” o nacionalismo e a ideia de welfare state, sendo que os republicanos passaram a usar mais o discurso do primeiro e os democratas, do segundo. (LUKACS, 2006, p. 66-67)

A segunda guerra, então pode ser considerada para os EUA como que uma continuidade de sentimentos e ideologias públicas de nacionalismo, “solidariedade” e de ações governamentais, como controles, através de agências reguladoras e de decretos de Estado de todas as espécies sobre vários setores da economia, bem como nas relações de trabalho, e um controle governamental cada vez mais presente e tolerado pela sociedade como um todo. Isso sedimentou o que já havia sido iniciado com a primeira guerra mundial e com a crise de 29 e, combinado com a posterior Guerra Fria, acabou por “coroar” a cultura do “Big Government” e do Estado provedor e protetor nos EUA.

3.7 Do pós-guerra aos anos 2000: mudanças no sentido das intervenções

Apesar da economia norte-americana e de sua prosperidade a partir do pós-guerra serem consideradas como um símbolo do modelo capitalista de livre-mercado, a realidade não é bem esta. Segundo Robert Higgs, a grande transformação foi que a dinâmica econômica passou a depender mais do ambiente e das regulações governamentais do que da livre escolha dos indivíduos em sociedade (característica, esta, do liberalismo). Uma das notáveis exemplificações deste fenômeno foi o grau com que a indústria bélica se enraizou na sociedade americana, com todos os consequentes financiamentos governamentais e pesquisas nesta área. Obviamente, isso foi resultado da Guerra Fria e dos conflitos como os do Vietnã e Coréia, mas a questão é notar o impacto disso na economia norte-americana, cada vez mais dirigida politicamente, bem como, a percepção, que se concretizou durante a Guerra-Fria (e,

pode-se dizer, que perdurou depois dela) de que os EUA estavam em constante estado de “emergência” nacional. No escopo do nacionalismo, também houve o discurso, perene no período pós-guerra, da manutenção e do controle governamental nos setores considerados “vitais para a nação” como agricultura, energia, transporte, comunicação e armamentos. Mudanças também ocorreram na relação entre os empresários, fazendeiros e “homens de negócios” em geral. (HIGGS, 1987, p. 238-242).

Durante a guerra da Coreia, na administração Truman, foi proclamada lei o Defense Production Act (decreto de defesa da produção), dando poderes ao presidente de angariar recursos para a guerra. A partir disto, o presidente criou várias agências nacionais, como a de Estabilização Econômica, para controlar salários e preços. Juntamente, foi proclamada uma nova situação de “emergência nacional”, conclamando todos os produtores e cidadãos a se comprometerem com o “bem-estar da nação”.

Segundo Higgs, após o termino do conflito na Ásia, houve uma trégua no crescimento do governo, mas não significando uma diminuição deste, ou seja, não caracterizando uma fase contracionista do sistema intervencionista (ideia já tratada neste trabalho). Ainda, de acordo com o autor, nos governos Eisenhower e Kennedy não houveram grandes mudanças em relação ao crescimento do governo.

No período entre 1964-76, governos de Lyndon Johnson e Nixon, as intervenções se deram em outras vertentes, mais no sentido de “proteção” aos cidadãos e de direitos civis, como leis de proteção ao consumidor, proteção aos trabalhadores contra discriminação sexual, racial, etária, legislação ambiental, proteção contra acidentes de trabalho, entre outras.

A partir daí, sim, se pode considerar, segundo os pressupostos de Ikeda, das fases expansionista e contracionista do intervencionismo, uma ocorrência da primeira, com uma roupagem, agora, mais diversificada de programas de intervenção, como os já citados, indo de áreas desde a proteção ao consumidor até questões de meio-ambiente, diferente da variação que antes perdurava, quase sempre em torno de regulações de mercado, crédito, juros, taxações e outras, transformando-se em políticas de redistribuição de renda e bem-estar social, ou seja, de um Estado regulador e politicamente dirigente da economia para um Estado gerador de bem-estar e segurança social.

As intervenções passam a ser, agora, mais “detalhistas”, mais estritas, maiores do que o âmbito amplo do já então consolidado welfare state. Esse tipo de ação governamental passa

a ser endossado por um setor ascendente da sociedade, uma “nova classe”, de profissionais como professores, advogados, juízes, assistentes sociais, médicos, entre outros trabalhadores do setor “não lucrativo” e que, em parte, viam com maus olhos as atividades do setor produtivo, lucrativo.

Essa “nova classe” trouxe outros valores e ideias para a sociedade norte-americana que, de uma forma geral, eram simpáticas a um governo forte. Juntamente a isso, houve, nos anos 60 e 70, a emergência de vários grupos de “minorias”, tais como negros, imigrantes, homossexuais, mulheres, e também o movimento da contracultura, e que passaram a demandar do governo soluções para suas reivindicações, ou seja, passa a haver uma explosão da politização da sociedade americana.

Na administração Nixon, a ideia de crise volta a fazer parte dos decretos governamentais, marcados pelas declarações de “estado de emergência”, mas, agora, com o aspecto de não se referenciar aos processos constitucionais legais.

A crise do petróleo nos anos 70 desestabilizou as políticas de controle econômico. Acompanhada por uma inflação e gastos militares crescentes, configurou uma “saturação” da política intervencionista e criou uma demanda em que o “fazer alguma coisa” do governo, consistia em mudar de forma significativa suas diretrizes.

De acordo com o autor Pierre Melandri, a administração Carter se caracterizou pela política de não expansionismo bélico e por uma política de “direitos humanos” no âmbito externo, num momento em que as relações internacionais, principalmente com o Oriente Médio, eram a principal pauta política norte-americana. O então presidente, usou o discurso do “equivalente moral de uma guerra” para conclamar e sensibilizar a opinião pública para a questão do petróleo, porém, sem sucesso. Ao mesmo tempo, os EUA ficavam cada vez mais dependentes das exportações de petróleo, de 25% em 1971, para 50% em 1979, que fez com que houvesse uma depreciação do dólar para financiar os déficits, gerando inflação, seguido por um aumento na taxa de juros para frear a expansão, porém, brevemente aniquilado pelo início de um outro ciclo inflacionário. O país passava por um processo em que não conseguia controlar a inflação e nem conseguia ter crescimento econômico, sendo cada vez mais dependente da importação e sofrendo o segundo choque do petróleo. Começa-se a falar em estagflação.

Mesmo diante deste cenário, os gastos sociais, impostos e regulamentações não cessavam, desencorajando os investimentos e levando o governo e a sociedade em geral a se endividarem cada vez mais. Em face à essas tensões, passam a emergir grupos conservadores na sociedade, revitalizando os valores morais da família e da religião, muito contestados pelos movimentos sociais e políticos das décadas de 60 e 70, e questionando o intervencionismo e o welfare state, mas, ao mesmo, tempo, com um cunho nacionalista e belicista. Estavam criadas as condições para a vitória de Reagan.

A administração Reagan, marcada pelos cortes de impostos, combate à inflação, mas com um aumento dos gastos militares, pode ser caracterizada como uma fase contracionista do intervencionismo, mas, dificilmente, e pela própria característica deste processo, uma tentativa, de fato, de se lançar mão de princípios liberais. O chamado “neoliberalismo” configura-se, então, mais como um recurso retórico da esquerda, confusa na diferenciação entre liberalismo, no sentido de uma economia de livre mercado e de respeito às liberdade individuais, e o conservadorismo, marcado por uma discurso nacionalista e belicista, mas defrontado com a necessidade de se reduzir o tamanho do Estado em alguns setores, e por uma perda de espaço e desorientação política causada pela crise da URSS, do que por uma política intencional de retorno ao liberalismo, ou melhor, de abandono do intervencionismo.

3.8 Pós Reagan

Os problemas econômicos da década de 90 foram, basicamente, o insucesso do governo em frear os déficits orçamentários, a crescente dependência do mercado externo e a queda na taxa de poupança (de 8,5% do PNB dos anos 50 aos 70, para 4,1% de 1981 a 1985 e 2,9% de 1986 a 1990). A produtividade seguia em baixa, apesar do aumento do consumo (63% para 68% nos anos 80), a partir de uma bolha creditícia. (MELANDRI, 2002, p. 265)

No plano legislativo e na linha das medidas intervencionistas ensejadas desde a década de 60, o Congresso aprovou leis ambientais, de direitos (agora, dos deficientes) e de aumento no número permitido de imigrantes. Ao mesmo tempo, o governo reforça sua política anti-drogas, porém sem êxito. O fim da Guerra Fria e os conflitos no Oriente Médio, jogam a sociedade americana e, obviamente, a ação estatal em um novo problema: ao mesmo tempo em que desaparecia a preocupação com a URSS, e os EUA pareciam poder voltar a preocupar-se mais com suas questões internas, principalmente as de ordem econômica,

aparece também o problema do terrorismo, que passa a ser pauta crescente das décadas de 90 e 2000 e faz com que os EUA passem, segundo Melandri, por uma “crise de identidade”, e fazendo com que o país passasse a tentar novos programas para resolver os problemas da política externa e lançasse novos tipos de programas econômicos, com nova roupagem, mas com o mesmo fundo intervencionista.

3.9 NAFTA e Clinton

Uma das marcas do governo Clinton, economicamente, foi a instituição do NAFTA e os rumores da ALCA. Ambos são vistos, comumente, pelos especialistas em sua maioria e pela opinião pública, como acordos de livre comércio. Porém, pode-se dizer que, na realidade, são uma forma de intervencionismo supranacional.

O argumento que permite ver esses tratados dessa forma, como uma nova vertente do sistema intervencionista, é exposto por Miguel Ayau. Em primeiro lugar o autor argumenta, logicamente, que “o livre comércio não requer tratados. Tudo que ele necessita é que se removam (unilateral ou multilateralmente) todas as barreiras artificiais ao comércio”. Além disso, esses tratados preveem controles de várias espécies, como verificação e inspeção dos produtos e exigências de que os países envolvidos se comprometam com leis trabalhistas, além de prever taxas e tarifas. Outro aspecto é que, devido ao dispositivo da mediação dos governos nestes acordos, eles se tornam suscetíveis à pressão de grupos econômicos politicamente bem relacionados, e criam um corpo burocrático para seu controle, o que, obviamente, demanda gastos públicos.

A real configuração deste tipo de acordo é, portanto, uma simbiose entre governos dos países envolvidos, o que, conseqüentemente, deixa de fora os que não fazem parte do tratado e que poderiam fornecer vantagens como produtos semelhantes a um custo mais baixo, e os respectivos grupos econômicos privilegiados por estes.

Rothbard também argumenta que nestes tipos de acordo, um país sempre tenta exportar mais e importar menos, seguindo uma lógica mercantilista e dirigindo politicamente as importações. Neste mesmo âmbito da questão exportação X importação, os governos

subsidiaram pesadamente as exportações, consideradas fundamentais para o “crescimento” e o “livre mercado”.

Os governos Clinton e George W. Bush, foram marcados por esses tipos de tratados, como tentativa de reativar a economia e dar uma aparência de mais liberdade e perspectiva de crescimento. Da mesma forma, os dois não deixaram de seguir a lógica exposta por John Lukacs, e já abordada neste trabalho, de uma tônica de polarização entre os partidos Republicano e Democrata ser marcada, verdadeiramente, por uma direção política que combina nacionalismo e militarismo com políticas de welfare state e de estímulo econômico, em maior ou menor grau, mas com o mesmo aspecto qualitativo.

3.10 Anos 2000 e crise imobiliária

De acordo com DiLorenzo, em seu artigo “As raízes da crise imobiliária”, entre os fatores que levaram ao estouro da crise de 2008, estão medidas governamentais como o CRA (Decreto de Reinvestimento Comunitário) criado em 1977, e que tinha como objetivo pressionar os bancos a fazer empréstimos a pessoas com “capacidade creditícia duvidosa”. Por este decreto, quando um banco quer se expandir (abrindo uma filial, executando uma fusão ou entrando em uma outra linha de negócios), este deve “provar” às agências reguladoras (como o Fed e a Controladoria da Moeda) que fez empréstimos aos chamados grupos comunitários.

Isso demonstra como que a bolha de crédito, responsável pelo boom imobiliário não tem como causa uma intenção que parte diretamente dos bancos, mas pressões por parte do governo para que estes ajam de forma diferente do que agiriam em um contexto de livre mercado, para sustentar políticas populistas do governo, demonstrando os efeitos não intencionais do intervencionismo.

Há ainda, empresas semi-estatais que contribuíram para a formação da crise, como a Fannie Mae (Federal National Mortgage Association), criada por Roosevelt, em 1938, dentre as agências criadas no New Deal. Tem como intuito fornecer liquidez ao mercado hipotecário.

Tornou-se privada em 1968m durante uma politica de corte de déficits. A Freddie (Federal Home Loan Mortgage Company), criada em 1970, na administração Nixon, com o intuito de expandir o mercado secundário de hipotecas. As duas compram junto aos bancos hipotecas no mercado secundário e revendem para investidores no mercado aberto como títulos lastreados em hipotecas. (ROCKWELL, 2008, p. 1)

Essas duas empresas são consideradas “apadrinhadas” pelo governo, mesmo sendo, oficialmente, privadas. Tem privilégios como financiamentos facilitados e ajuda em caso de crise, o que faz com que estimulem de forma exacerbada o mercado a qual estão direcionadas: o imobiliário. Em outras palavras, são um exemplo da simbiose entre público e privado, com privilégios gerados pela interferência estatal e pelo direcionamento político do mercado, características do sistema intervencionista.

Em 2008, a dívida dessas empresas juntas chegavam a U\$ 5 trilhões (a dívida nacional era de US\$ 9,5 trilhões) e uma das propostas do governo Bush, no período, foi a de nacionalizar essas empresas, para dar “garantias à dívida”. (ROCKWELL, 2008, p. 2)

Outro fator desencadeador da crise de 2008 e de outras, como já mencionado, é a política do Fed. No artigo “A crise imobiliária e a política monetária do Federal Reserve”, Ron Paul responsabiliza a manipulação monetária como a origem da bolha imobiliária. De acordo com a TACE (teoria austríaca dos ciclos econômicos), os juros artificialmente baixos levam os consumidores a consumirem mais num primeiro momento, dando sinais ao mercado de um aumento real no poder de compra. Isto faz com que as empresas invistam mais e assumam mais riscos e também se beneficiem, inicialmente, dos juros baixos. As empresas produtoras de bens mais distantes do consumidor final, como as de imóveis, são as que mais sofrem as consequências deste processo, porque seus investimentos são de maior risco e mais longo prazo.

Uma das formas do governo estimular o consumo é a redução da taxa de juros, que faz com que, ao mesmo tempo, o consumo aumente e a taxa de poupança diminua, podendo chegar a casos como quando a taxa real de juros (a taxa nominal de juros menos a inflação) se torne negativa, o que faz com que poupador, se optar por não consumir, perca dinheiro.

Outra questão acerca da crise de 2008 foi o alarde feito em torno do acontecimento, como se este tivesse sido uma consequência inevitável de uma política de desregulamentação e liberdade de mercado que os EUA, supostamente, estariam seguindo.

O autor George Reisman, em seu artigo “O mito de que o *laissez faire* é o responsável pela crise atual”, dá a definição de tal sistema:

O capitalismo *laissez faire* é um sistema político econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção em que os poderes do estado são limitados à proteção dos direitos do indivíduo contra a iniciação de qualquer força física. Essa proteção deve ser utilizada sempre que houver alguma iniciação de força física da parte de outros indivíduos, de governos estrangeiros e, mais importante, de seu próprio governo. Essa última função é realizada por recursos como uma constituição escrita, um sistema de divisão de poderes com pesos e contrapesos, uma explícita declaração de direitos, e uma eterna vigilância exercida pelos cidadãos que têm o direito de ter e portar armas. Sob o capitalismo *laissez faire*, o estado consiste apenas e essencialmente de uma força policial, tribunais de justiça, e uma força de defesa nacional, que reprime e combate aqueles que iniciarem força física. E nada mais. (REISMAN, 2008, p.2)

Além disso, o autor cita todas as agências e órgãos governamentais, além das leis e decretos vigentes no período da crise, demonstrando que não se encaixavam, de maneira alguma, com um sistema de liberdade de mercado.

1. Os gastos governamentais nos EUA atualmente chegam a mais de 40 por cento da renda nacional - isto é, a soma de todos os lucros, salários e ganhos com juros auferidos no país. Isso sem levar em conta nenhum dos maciços gastos extra-orçamentários, como aqueles direcionados às semi-estatais [Fannie Mae](#) e [Freddie Mac](#). Também não se está considerando os recentes gastos com os variados "socorros financeiros". O que essa porcentagem significa é que mais de 40 dólares de cada 100 produzidos são apropriados pelo governo contra a vontade dos cidadãos que produzem esse montante. O dinheiro e os bens envolvidos são entregues ao governo apenas porque os cidadãos que os produzem não querem ir para a cadeia. Assim, a liberdade de eles utilizarem a totalidade de sua própria renda é violada em escala colossal. Em contraste, sob um capitalismo *laissez faire*, os gastos do governo seriam tão modestos que uma simples tarifa sobre vendas poderia ser suficiente para financiá-los. O imposto de renda de pessoa física e jurídica, o imposto sobre a herança e sobre ganhos de capital, o imposto para a Seguridade Social e para a saúde pública não existiriam.

2. Há atualmente quinze gabinetes ministeriais federais, nove dos quais existem com o único propósito de interferir respectivamente na habitação, nos transportes, na saúde, na educação, na energia, na mineração, na agricultura, no trabalho e no comércio; e praticamente todos eles atualmente invadem desrespeitosamente um ou mais aspectos da liberdade econômica do indivíduo. Sob um capitalismo *laissez faire*, onze desses quinze gabinetes deixariam de existir e somente os ministérios da justiça, da defesa, do estado e do tesouro permaneceriam. E, ademais, dentro desses ministérios, reduções adicionais seriam feitas, tais como a abolição da Receita Federal, pertencente ao Ministério do Tesouro, e da Divisão Antitruste, pertencente ao Ministério da Justiça.

3. A interferência econômica dos atuais ministérios é reforçada e amplificada pelas mais de cem comissões e agências federais, sendo as mais conhecidas delas, além da Receita Federal, do Fed e da FDIC [*agência federal cuja função é garantir os depósitos feitos em bancos comerciais*], o FBI, a CIA, a EPA [*agência que*

regulamenta o meio ambiente], a FDA [agência de vigilância sanitária, equivalente à nossa Anvisa], a SEC [agência que regulamenta a bolsa de valores - equivalente à nossa CVM], a CFTC [agência reguladora que controla os mercados de futuros e de opções], a NLRB [agência que regulamenta os sindicatos], a FTC [agência que regulamenta o mercado, para "proteger o consumidor"], a FCC [agência que regulamenta a área de telecomunicações e radiodifusão], a FERC [agência que regulamenta a área de energia], a FEMA [agência direcionada para serviços de emergência. Teve "ótima" atuação após o furacão Katrina], a FAA [agência que regulamenta o tráfego aéreo], o CAA [decreto do "ar limpo"], a INS [serviço de imigração e naturalização], a OSHA [agência da segurança do trabalho], a CPSC [agência que protege contra riscos associados ao consumo], a NHTSA [agência que regulamenta a segurança das estradas], a EEOC [agência que promove a igualdade racial nos empregos], a BATF [agência que regulamenta álcool, tabaco, armas de fogo e explosivos], o DEA [agência antidrogas], a NIH [agência responsável por pesquisas biomédicas], e a NASA. Sob um capitalismo *laissez faire*, todas essas agências seriam abolidas, com a possível exceção do FBI, que seria reduzido às suas legítimas funções de contra-espionagem e de combate a crimes contra a pessoa e a propriedade que ocorressem entre os estados.

4. Para completar esse catálogo de interferência governamental e de atropelamento de qualquer vestígio de *laissez faire*, o *Registro Federal*, datando do final de 2007, o último ano para o qual havia dados completos, continha 73.000 (setenta e três mil) páginas de detalhadas regulamentações governamentais. Trata-se de um aumento de mais de 10.000 (dez mil) páginas desde 1978. Esses 30 anos durante os quais ocorreu esse aumento de páginas foram os mesmos anos em que, de acordo com o *The New York Times*, "o sistema político americano tem sido enviesado em favor das desregulamentações dos negócios e contrário a novas regras". Sob um capitalismo *laissez faire* não haveria *Registro Federal*. As atividades dos remanescentes ministérios e de suas subdivisões seriam controladas exclusivamente por legislações devidamente promulgadas, e não por regras criadas arbitrariamente por funcionários governamentais não eleitos. (REISMAN, 2008, p. 2-3)

Como nos outros artigos já citados, o autor vê na política monetária do Fed o grande problema da geração da crise imobiliária e de outras precedentes, desde a criação do Banco, em 1913, porém, com uma intensidade maior desde 2001.

O Fed age fazendo com que o dinheiro depositado nos bancos continue acessível aos correntistas para consumo ou pagamento de débitos, através do crédito, não havendo a necessidade de se utilizar o dinheiro físico, e os bancos também continuam a emprestar o dinheiro depositado, através da criação de novas contas corrente, fazendo com que uma mesma quantidade de dinheiro seja usada ao mesmo tempo por pessoas diferentes.

Todo esse processo gera o que o autor chama de "capital fictício", sendo que não consiste em novos bens reais na economia, mas apenas numa ilusão de mais oferta de moeda e aumento de renda, gerado pelos bancos com o respaldo do Fed, fazendo com que, também, as taxas de juros possam se manter artificialmente baixas. Como o setor imobiliário trabalha com financiamentos de longo prazo, fica mais vulnerável ao fato da baixa da taxa de juros, que

podem ser usadas para reduzir as mensalidades das hipotecas, fazendo aumentar a demanda. Isso ocorreu por um período estendido, por volta do início da década de 2000, levando a uma subida inicial no preço dos imóveis e na expectativa de que continuariam aumentando.

O principal objetivo do Fed, ao aplicar tal política, era estimular investimento e consumo, facilitando a obtenção de capital e desestimulando a poupança, tendo em vista que isso, supostamente, evitaria o desemprego. Porém, com uma grande perda de capital, ou seja, mal investimento, com crédito destinado a quem, num contexto de mercado, não teria acesso a ele, fez com que os bancos perdessem a capacidade em emprestar a outros setores da economia, com histórico creditício melhor. A esperança do Fed e do governo dos EUA, ao adotar tais medidas, era a crença, com base nos princípios keynesianos, de que os gastos levam à prosperidade. De acordo com Reisman, se imaginou que o aumento dos preços dos imóveis representaria o aumento do patrimônio dos compradores, permitindo que estes refinanciassem suas hipotecas para mais gastos em consumo. No entanto, o que aconteceu foi que esse processo tornou o valor das hipotecas maior do que o dos imóveis, reduzindo, de fato, o poder de compra das famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos notar que os EUA se tornaram, ao longo do século XX, cada vez mais dependentes do Estado. Mais do que um aumento no número de agências reguladoras, de manipulação monetária pelo Banco Central, de investimentos e conflitos bélicos, operou-se uma mudança de mentalidade na sociedade norte-americana, o que demonstra que o intervencionismo é, além de um sistema econômico, um processo social, cultural e histórico.

A sociedade norte-americana se tornou mais politizada, no sentido amplo do termo, ou seja, cada vez mais recorrendo à política para tentar resolver a maior variedade de questões. De uma sociedade que prezava pelo governo limitado, passou a ser uma sociedade com valores nacionalistas cada vez mais enraizados, sob a égide do Estado. De uma sociedade que prezava pela livre iniciativa, pela propriedade e pela auto determinação dos indivíduos, se tornou cada mais reguladora e distribuidora de renda.

O que ocorreu nos EUA no século XX, pode ser descrito como uma transformação de uma sociedade de ordem mais espontânea, de homens livres e de leis garantidoras das liberdades, para uma sociedade mais dirigida, em que as leis passaram a ser cada vez mais restritivas em relação aos indivíduos, em nome de ideias como “bem comum”, “segurança nacional” e “justiça social”, num processo em que a houve um deslocamento da ação norteadora do Estado para o coletivo, em detrimento do indivíduo.

Além disso, como ficou explícito no decorrer do trabalho e como era objetivo da teoria austríaca do intervencionismo demonstrar, este não alcançou seus fins, gerando consequências não intencionais e trazendo e agravando crises econômicas ao longo do período analisado. Ou seja, o Estado não cumpriu sua meta assumida. Não por uma falha localizada, mas pela própria essência de seu modo de funcionamento.

De acordo com Ludwig von Mises:

Qualquer oposição às leis econômicas que o mercado determina para produção sempre se dará à custa do consumo. Isso deve vir à mente sempre que intervenções forem defendidas com o intuito de liberar os produtores da necessidade de obedecer ao mercado.

São os processos de mercado que dão significado à economia capitalista. Eles colocam os empreendedores e capitalistas a serviço da satisfação dos desejos dos consumidores. Se o funcionamento desse complexo processo sofrer interferência,

então haverá distúrbios que impedem que a oferta se ajuste à demanda, fazendo com que a produção se desencaminhe e tome rumos que a impeça de lograr o objetivo de toda ação econômica - qual seja, a satisfação de desejos.

Bibliografia

BARBIERI, Fabio. **A teoria austríaca do intervencionismo**. Instituto Ludwig von Mises. 2011. Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1123>.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1995-1996.

DiLORENZO, Thomas. **As raízes da crise imobiliária**. Instituto Ludwig von Mises. 2008. Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=124>.

FEIJÓ, Ricardo. **Historia do pensamento econômico**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

HAZLITT, Henry. **Economia numa única lição**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HIGGS, Robert. **Crisis and Leviathan: critical episodes in the growth of American government**. New York: Oxford University Press, 1987.

IKEDA, Stanford. **Dynamics of the mixed economy: toward a theory of interventionism**. New York. Routledge, 1997.

IORIO, Ubiratan. **Economia e Liberdade: a Escola Austríaca e a economia brasileira**. São Paulo: Editora Inconfidentes, 1995.

LUKACS, John. **Uma nova República: Historia dos Estados Unidos no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MELANDRI, Pierre. **História dos Estados Unidos desde 1865**. Lisboa: Edições 70, 2002.

MISES, Ludwig von. **Intervencionismo – uma análise econômica**. 2 ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MISES, Ludwig von. **Uma crítica ao intervencionismo**. 2 ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

PAUL, Ron. **A crise imobiliária e a política monetária do Federal Reserve**. Instituto Ludwig von Mises. 2008. Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=23>.

PAUL, Ron. **O fim do Fed**. São Paulo: É Realizações, 2011.

PIPES, Richard. **Propriedade e liberdade**. São Paulo: Record, 2001.

REISMAN, George. **O mito de que o laissez faire é o responsável pela crise atual**. Instituto Ludwig von Mises. 2008. Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=188>.

ROCKWELL, Lew. **Fannie + Freddie = Fascismo**. Instituto Ludwig von Mises. 2008. Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=125>.

ROTHBARD, Murray. **As crises econômicas mundiais**. Instituto Ludwig von Mises. 2010. Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=258>

ROTHBARD, Murray. **Como ocorrem os ciclos econômicos**. Instituto Ludwig von Mises. 2008. Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=53>.

ROTHBARD, Murray. **Esquerda e direita: perspectivas para a liberdade**. 3 ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

ROTHBARD, Murray. **O mito do NAFTA**. . Instituto Ludwig von Mises. 2008. Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=65>.

SENNHOLZ, Hans. **A Grande Depressão – uma análise de causas e consequências**. Instituto Ludwig von Mises. 2010. Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=376>.

TUCKER, Jeffrey. **Livre comércio versus acordos de livre comércio**. Instituto Ludwig von Mises. 2008. Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=106>.

VEIGA, Glaucio. **Revolução keynesiana e marxismo**. Recife: Imprensa Oficial, 1954.

VÉLEZ RODRIGUEZ, Ricardo. **Keynes: doutrina e crítica**. São Paulo: Massao Ohno, 1999.

WOODS, Thomas. **O desastre não é natural**. Instituto Ludwig von Mises. 2009. Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=251>